

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

TÂNIA REGINA EXPOSITO FERREIRA

O PROCESSO DISCURSIVO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, A
PARTIR DE ENTREVISTAS A ALGUNS JORNALISTAS

São Paulo

2007

TÂNIA REGINA EXPOSITO FERREIRA

O PROCESSO DISCURSIVO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, A
PARTIR DE ENTREVISTAS A ALGUNS JORNALISTAS

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Letras da
Universidade Presbiteriana Mackenzie,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Zélia Borges

São Paulo

2007

F383p Ferreira, Tânia Regina Exposito.

O processo discursivo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de entrevistas a alguns jornalistas. / Tânia Regina Exposito Ferreira. - - São Paulo, 2007.

122 p ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007.

Orientação: Prof. Maria Zélia Borges.

Bibliografia: p. 118

1. Discurso. 2. Formação ideológica e discursiva.
3. Pressupostos e subentendido. I. Título.

CDD: 808.5

TÂNIA REGINA EXPOSITO FERREIRA

O PROCESSO DISCURSIVO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, A
PARTIR DE ENTREVISTAS A ALGUNS JORNALISTAS

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Letras da
Universidade Presbiteriana Mackenzie,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Zélia Borges

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Zélia Borges (Orientadora)
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof^a. Dr^a. Elisa Guimarães Pinto
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof^a. Dr^a. Helena Hatsue Nagamine Brandão
Universidade de São Paulo

Dedico aos meus familiares, colegas e professores que colaboraram para que este sonho se realizasse.

AGRADECIMENTOS

A Deus que tranqüilizou o meu coração com a sua paz nos momentos de muita ansiedade.

À professora Maria Zélia Borges, minha orientadora, que acreditou ser possível a concretização desta pesquisa.

Aos meus familiares: marido Enio, filho Junior, filha Priscila;

Aos meus irmãos: Luis Antônio, José Carlos, Marcos Eduardo e Alexandre, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas;

Às minhas tias, tios, primos e primas;

Ao meu pai José Maria Exposito Herrerias, e em especial, à minha mãe Madalena Gil Exposito;

Esses entes tão queridos, que entenderam o motivo de minha ausência e me apoiaram para desenvolver este trabalho.

Aos meus colegas pelo incentivo.

A todos os professores que me ajudaram no rico processo de aprendizado ao longo desses anos.

Ao ex-deputado estadual, amigo pessoal de Lula, Nelson Campanholo pelas informações e materiais emprestados.

Ao Fundo Mackenzie de Pesquisa, MackPesquisa, pelo apoio à pesquisa oferecido através da Reserva Técnica.

RESUMO

Qual seria o segredo de Luiz Inácio Lula da Silva? Homem pobre, migrante nordestino, nascido em Garanhuns, chegou a São Paulo e, como a maioria dos migrantes desta região, teve que lutar pela sobrevivência, vencendo cada etapa até conseguir o mais alto posto na hierarquia nacional, o de presidente da República do Brasil. Sua trajetória intriga muita gente. Seus discursos sempre arrastaram multidões que acreditavam e acreditam na sua “fala”. Foi metalúrgico e, posteriormente, líder sindical, proferindo seus discursos nas portas das fábricas, foi escolhido presidente do Partido dos Trabalhadores, eleito deputado Federal pelo povo e alçou-se ao cargo mais alto deste país. Pretende esta pesquisa, apoiada na análise do processo discursivo e na produção textual, analisar o processo discursivo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de entrevistas a alguns jornalistas. Tem como objeto de análise duas entrevistas dadas por ele, na primeira, Lula, líder sindicalista, é entrevistado por Milton Neves a respeito do *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello; na segunda, já na presidência, Lula é entrevistado pelo Jornal Nacional da Rede Globo em face das irregularidades cometidas no seu governo, que poderiam induzir a um provável pedido de *impeachment* ao seu mandato. Sob a perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa, serão identificadas as condições de produção do discurso, as formações ideológica e discursiva e os pressupostos e subentendidos, ou o dito e o não-dito, que permitirão perceber dois diferentes enunciadores, revelando dois processos discursivos distintos, discorrendo sobre o mesmo assunto. Para tanto, servirão de apoio os estudos de: Brandão (2004), Orlandi (2005) e Osakabe (1979), que nortearão a busca de outras referências bibliográficas.

Palavras-chave: discurso, formações ideológica e discursiva, pressupostos e subentendido e o dito e o não-dito.

ABSTRACT

Which is the Luiz Inácio Lula da Silva's secret? Poor man, migrant northeastern, born in Garanhuns, arrived the São Paulo and, as the majority of the migrant of this region, he had to fight for the survival, being successful each stage until obtaining the highest post in the national hierarchy, of president of the Republic of Brazil. His trajectory intrigues much people. His speeches always had dragged multitudes that believed and believe his speech. He was metallurgist, after that leader syndical pronouncing its speeches in the doors of the plants, was chosen president of the Party of the Workers, elect representative for the people and it the position highest of this country. It intends this research, supported in the analysis of the discursive process and in the literal production, to point the contradictions at two different moments of the speeches of Squid. It has as analysis object two interviews given for it, the first one when Squid, while leader syndicalist, is interviewed by Milton Snows regarding impeachment of then president Fernando Collor de Mello; second, when Squid, already in the presidency, is interviewed in the National Periodical of the Globe in face of the irregularities, committed in its government, that could induce to a probable order of impeachment to its mandate. Under the perspective of the Analysis of Speech of French line, the lexicon, the distinct conditions of production of the speech, formations ideological and discursive and estimated and implied or said and not-said, that they will allow to perceive the two different enunciators, disclosing two discursive processes will be examined, discoursing on the same subject. For in such a way they will serve of support the studies of: Brandão (2004), Orlandi (2005) and Osakabe (1979), these that will guide the search of other bibliographical references.

Key words: speech, formations ideological and discursive, estimated (said) and implied (not-said).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 DE MIGRANTE NORDESTINO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	14
1.1 A biografia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva	14
1.2 Lula Sindicalista	16
1.3 Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT)	18
1.4 As disputas eleitorais	22
1.5 Lula – O Presidente da República	30
1.5.1 1º Mandato	32
1.5.2 2º Mandato	39
2. ESBOÇO TEÓRICO SOBRE ANÁLISE DE DISCURSO	43
2.1 Conceito de Análise de Discurso.....	43
2.2 Conceito de Dialogismo	47
2.3 As Condições de Produção do Discurso	50
2.4 Formações Discursiva e Ideológica.....	52
2.5 O Dito e o Não Dito	57
2.6 O discurso político	61
3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	71
3.1 Considerações iniciais.....	71
3.2 A primeira entrevista	77
3.3 Análise da primeira entrevista	78
3.4 A Segunda Entrevista.....	85
3.5 Análise da Segunda Entrevista	92
4 Considerações finais	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

INTRODUÇÃO

O assunto desta dissertação surgiu em decorrência de um momento único, pode-se dizer mágico, porque foi a partir daí que este projeto de dissertação foi direcionado e tudo ficou mais claro, despertando inclusive, um grande entusiasmo para o seu desenvolvimento. Cursando a primeira disciplina “Análise de Discurso” do Mestrado em Letras na Universidade Presbiteriana Mackenzie, no caminho para Universidade, ouvindo a Rádio CBN de Notícias, o jornalista Arnaldo Jabor entrou ao ar, como faz todas as manhãs, para editar seu comentário cujo título era: “As voltas que o mundo dá” (quinta-feira 23/03/2006). Naquele dia, ele apelou pela memória dos ouvintes e colocou no ar uma fita que continha uma entrevista do sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, comentando sobre o *impeachment* de Fernando Afonso Collor de Mello ao comentarista esportivo, Milton Neves. Naquele momento associei a tudo que estávamos estudando sobre a análise de discurso: as condições de produção daquele discurso (campanha eleitoral para a presidência da república, momento em que culminou todo escândalo de corrupção envolvendo o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição e o seu partido político, PT - Partido dos Trabalhadores). A identificação do enunciador (o jornalista Arnaldo Jabor), que se utiliza de outras vozes, neste caso do sindicalista Lula e o do jornalista Milton Neves, apropriando-se inclusive de um enunciado alheio, para na verdade formular a sua enunciação, apelando para a memória discursiva dos ouvintes (o enunciatário).

A partir daí, tive idéia desta dissertação com o objetivo de analisar a prática discursiva de duas entrevistas dadas pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva: a primeira, ao jornalista Milton Neves — mas sob o comentário de Arnaldo Jabor — em que é convidado a falar sobre o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, enquanto era líder sindicalista; e a outra concedida ao Jornal Nacional da Rede Globo, para os jornalistas William Bonner e Fátima Bernardes, já como Presidente da República, tendo que responder a respeito dos escândalos que surgiram no seu mandato, envolvendo grande parte dos integrantes do PT.

O processo discursivo de Luiz Inácio Lula da Silva, nas entrevistas fornecidas em momentos e situações diferentes, apresenta respostas evasivas, apontadas pelos jornalistas e por seus textos. A primeira entrevista, a Milton Neves, e a segunda fornecida ao Jornal da Globo foram transcritas e servirão de argumentos de autoridade no trato com o discurso de outrem.

Os subsídios teóricos que ampararão a presente análise discursiva das entrevistas inserem-se nas propostas da Análise do Discurso de linha francesa.

Paraná, (2002, p. 21) no seu livro *Lula o filho do Brasil*, explica: “Este é um livro sobre um homem controvertido. Antes de mais nada, um homem que soube mudar radicalmente um destino que, tudo indica, ‘deveria’ ser seu.” De fato, tal mudança intriga ao ser feita por um excluído social como milhares de migrantes nordestinos anônimos, chegados à cidade de São Paulo cheios de sonhos que depois transformam-se em pesadelos.

Mas, com este homem tudo aconteceu muito diferente. Sua trajetória o fez escapar da miséria do Nordeste, fazer carreira operária nos anos da ditadura e tornar-se o maior líder popular do Brasil. Ele, que tinha vergonha de gritar “Olha a tapioca”, quando recém chegado à cidade de Santos, passou a arrastar multidões de

metalúrgicos das fábricas em São Bernardo do Campo, que o seguem entenebrecidos pelo seu discurso populista, claro e de vocabulário simples, capaz de confundir até o trabalhador um pouco mais graduado. João Felício, presidente da CUT, ficou impressionado quando descreveu a desenvoltura com que Lula tratava com os empresários: “Ele, Lula continua falando como a gente, mas tem muito mais jeito para falar com eles”. (*Revista Isto É On-Line*, 30/10/2002). A imprensa descobriu, mediante vídeos preparados por Duda Mendonça, que o enunciador (Lula) “é uma vitrine exposta de emoções”.

Em 1980, Lula já amargava a dor da prisão por liderar as greves na região do ABC, pois desafiou o regime militar. Foi desta maneira que Lula passou de sindicalista a presidente do Sindicato dos Metalúrgicos até fundar, junto aos “companheiros”, o Partido dos Trabalhadores.

Em 1989, disputou sua primeira eleição, percorreu o Brasil de Norte a Sul em defesa dos trabalhadores e dos oprimidos, pregou reformas, brigou por aumentos salariais, pela dignidade dos pobres, defendeu o direito dos aposentados, prometeu romper com o FMI, enfim prometeu mudar o país. Mas, perdeu as eleições para Fernando Collor de Mello.

O que aconteceu depois não é segredo para ninguém; todos conhecem a história. Em 1991, as dificuldades encontradas pelo plano de estabilização, que não acabou com a inflação e aumentou a recessão no país, começaram a minar o governo. Circularam suspeitas de envolvimento de ministros e altos funcionários do governo em uma grande rede de corrupção. Nem a primeira dama, Roseane Collor, dirigente da LBA, foi poupada, sendo acusada de malversação do dinheiro público e favorecimento ilícito a seus familiares. E ainda surgiram os escândalos com o esquema “PC Farias”. Até o próprio irmão do presidente, Pedro Collor, fez

acusações que nunca foram comprovadas. Em 27/05/1992 Pedro Collor deu uma entrevista nas dependências da *Revista Veja*, tendo como testemunhas sua mulher e a irmã de Pedro e Fernando Collor, que chegaram a colaborar em algumas respostas sobre a atividade de PC Farias no governo, intitulado-o como “testa-de-ferro” do presidente Fernando Collor. Disse, também, que o jornal Tribuna de Alagoas, a ser lançado por Farias, em Maceió, na verdade pertencia a Fernando Collor. A denúncia recaía também sobre um apartamento em Paris, que se supunha ser de propriedade do empresário PC Farias, no entanto, pertencia a Fernando Collor.

Enfim, as suspeitas transformaram-se em denúncias, graças a uma intensa campanha da imprensa.

Neste momento, surgiu a idéia do *impeachment* levantada por Lula que, desde a humilhação passada no debate exibido pela Rede Globo (1989), no enfrentamento com Fernando Collor de Mello, e a derrota sofrida, parecia ter acessos de revanchismo. Surgiram, então, as manifestações populares.

Quem não se lembra dos estudantes nas ruas com as caras pintadas? A rapidez do julgamento do Congresso contrastou com sua habitual lentidão e ocorreu o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello (1990 – 1992).

É necessário relembrar um pouco esta trajetória para proceder-se à proposta de análise do discurso das duas entrevistas.

Para se compreender o processo discursivo nos dois discursos apresentados pelo presidente Lula, as entrevistas serão analisadas à luz da Análise do Discurso de linha francesa e terão como objetivos:

1. Apresentar as Condições de Produção, identificando o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente.

2. Mostrar como o sujeito do discurso, interpelado pela ideologia, faz uso de diferentes vozes para chamar a atenção do enunciatário, assumindo diversos papéis na produção discursiva;
3. Analisar como ocorrem as formações discursivas e ideológicas na argumentação utilizada e os pressupostos e os subentendidos.

Este trabalho terá como subsídios teóricos à análise do discurso as concepções Brandão (2004) e Orlandi (2005).

Ainda como base teórica para analisar as vozes presentes nos discursos do presidente, nos remeteremos a Bakhtin (1999), para quem o enunciado não é um ato individual, mas supõe um interlocutor ativo na constituição do significado.

A seguir desenvolver-se-á a análise do *corpus*, a partir dos seguintes tópicos:

- Trajetória de vida do presidente Luiz Inácio Lula da Silva;
- Esboço teórico que embasa esta pesquisa;
- Apresentação do corpus, as entrevistas;
- Análise do corpus;
- Considerações finais.

1 DE MIGRANTE NORDESTINO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

1.1 A BIOGRAFIA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luiz Inácio Lula da Silva nasceu no dia 27 de outubro de 1945, na cidade de Garanhuns, interior de Pernambuco, filho de Aristides Inácio da Silva e Eurídice Ferreira de Mello, mais conhecida como *Dona Lindu*.

Pouco antes do nascimento de Lula, seu pai, Sr. Aristides, migrou para o estado de São Paulo em busca de emprego, afinal, este era o estado promissor, centro industrializado do país, rota destinada a milhares de outros nordestinos em busca de garantias para subsistência própria e da família. Lula só veio a conhecer o pai com 5 anos de idade, em 1959, quando este retornou a Pernambuco para visitar a mulher e os filhos.

Dois anos mais tarde, 1952, sua mãe junto aos filhos decidiu migrar para o estado de São Paulo para encontrar o marido, que na época trabalhava como estivador no Porto de Santos. A família de Lula migrou para o litoral paulista, viajando 13 dias num caminhão "pau de arara". Moraram, primeiramente, em Vicente de Carvalho, bairro pobre do Guarujá, depois se mudaram para a cidade de Santos. Ainda aos 7 anos, Lula iniciou o seu primeiro trabalho, como vendedor de amendoim, laranja e tapioca nas ruas de Santos e, ao mesmo tempo, cursava a escola primária do Grupo Escolar Marcílio Dias.

Em 1956, a família mudou-se para São Paulo, passando a morar num único cômodo, nos fundos de um bar, no bairro de Ipiranga. Aos 12 anos de idade, Lula conseguiu seu primeiro emprego numa tinturaria. Também foi engraxate e *office-boy*¹.

Com 14 anos, começou a trabalhar nos Armazéns Gerais Columbia, onde teve sua Carteira de Trabalho assinada pela primeira vez. Lula transferiu-se depois para a Fábrica de Parafusos Marte e obteve uma vaga no curso de torneiro mecânico do Senai (Serviço Nacional da Indústria).

A crise após o golpe militar de 1964 levou Lula a mudar de emprego, passando por várias fábricas, até ingressar nas Indústrias Villares, uma das principais metalúrgicas do país, localizada em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Trabalhando na Villares, Lula começou a ter contato com o movimento sindical, através de seu irmão José Ferreira da Silva, mais conhecido por Frei Chico².

Lula casou-se pela primeira vez, ainda muito jovem, com Maria de Lurdes, operária tecelã, que veio a falecer muito cedo, em virtude de uma hepatite contraída em adiantado estado de gravidez, vindo a falecer também a criança.

Em sua época de viuvez, namorou uma moça com quem teve uma menina, Lurian. Mas, pouco tempo depois conheceu Marisa Letícia da Silva, também viúva, com quem se casou e assim permanece desde o ano de 1974. Lula assumiu a paternidade de mais quatro filhos: Marcos – filho do primeiro casamento de Marisa, Fábio Luiz, Sandro Luiz e Luiz Cláudio.

¹ BRASIL, Luis Inácio Lula da Silva – Biografia, Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/download/pdf/Biografia%20do%20PR.pdf>>, Acesso em: 10 jun. 2007, p.1.

² BRASIL. Luis Inácio Lula da Silva – Biografia, op. cit., p.2.

1.2 LULA SINDICALISTA

Ainda em 1969, Lula era considerado um operário despolitizado e sem nenhum conhecimento das práticas sindicais. No entanto, foi convidado a participar da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema. Este convite havia sido feito ao seu irmão, Frei Chico, que na impossibilidade de poder aceitar o transferiu a Lula que, mesmo a contragosto, resolveu aceitar. Foi desta forma que Lula adentrou-se ao mundo sindical.

Na eleição seguinte, em 1972, tornou-se primeiro-secretário. Em 1975, foi eleito presidente do sindicato com 92 % dos votos, passando a representar 100 mil trabalhadores³.

Lula deu uma nova direção ao movimento sindical brasileiro, começando por sua mudança de concepções sobre as práticas sindicais, deixando para trás sua ingenuidade, sendo chamado a compor a diretoria em 1972. Como primeiro-secretário, assumiu o setor de previdência social da entidade. Foi neste momento que aquele rapaz inexperiente começou a mostrar uma liderança sindical promissora.

Em 1978, Lula foi reeleito presidente do sindicato e, após 10 anos sem greves operárias, ocorreram no país as primeiras paralisações. Aliás, foi nessa época que, através da atuação de Lula e de outros sindicalistas, surgiu o chamado “novo sindicalismo”, uma forma diferente de se fazer sindicalismo no Brasil, diferente daquela caracterizada pelo clientelismo e pelo assistencialismo sindical que

³BRASIL. *Op. cit*, p.2.

marcaram, durante anos, a vida da classe trabalhadora brasileira, movida por um regime antidemocrático. O “novo sindicalismo” abriu as suas portas para os trabalhadores, assumiu uma nova dinâmica e passou a fazer as assembléias no local de trabalho dos operários. Dessa forma, ampliou-se o quadro de sindicalizados e também se abriram novos horizontes para a enorme massa de trabalhadores que representava, que passou a confiar no sindicato.

Lula retomou antigas lutas em defesa dos trabalhadores, tais como: busca de salários mais dignos, garantia de emprego e melhores condições de trabalho dos operários; ampliou também o quadro de sindicalizados, aumentando as expectativas dessa enorme massa de trabalhadores que passou a representar.

Os discursos do então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, nas portas das empresas, arrastavam milhares de pessoas às ruas e é assim que o município de São Bernardo do Campo ficou conhecido em todos os meios de comunicação. Grandes acordos salariais foram firmados entre patrões e empregados neste período.

Em março de 1979, 170 mil metalúrgicos pararam o ABC paulista. A repressão policial ao movimento grevista e a quase inexistência de políticos que representassem os interesses dos trabalhadores no Congresso Nacional fizeram com que Lula pensasse pela primeira vez em criar um partido, o Partido dos Trabalhadores⁴.

Os trabalhadores, cada vez mais organizados, reuniam-se em assembléias de até 150 mil pessoas e chegaram a cruzar os braços durante 15 dias. Tiveram que enfrentar o grande empresariado e o governo militar, mas desta vez estavam preparados e fortalecidos porque acreditavam na causa. No entanto, não faltaram as

4 BRASIL. *Op. cit.*, p.2.

repressões: a policial, nas ruas e a dos patrões, dentro das fábricas. Em março desse mesmo ano, o Ministério do Trabalho, considerando a greve ilegal, interveio no sindicato, afastando Lula e sua diretoria por dois meses.

Em 10 de fevereiro de 1980, Lula fundou o PT – Partido dos Trabalhadores, juntamente com outros sindicalistas, intelectuais, políticos e representantes de movimentos sociais, como lideranças rurais e religiosas⁵.

Lula voltou ao comando do Sindicato dos Metalúrgicos no mês de abril de 1980 e liderou mais uma greve da categoria, que durou 41 dias, batendo o recorde de tempo.

Desta vez, a greve contou com 270 mil assalariados. Novamente ocorreram as repressões de patrões e governo militar e a intervenção no sindicato, dessa vez, sendo cassada também sua diretoria. Lula amargou 31 dias de reclusão no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Em novembro de 1981, foi condenado pela Justiça Militar a três anos e seis meses de prisão, porém, o processo foi anulado pelo Superior Tribunal Militar em abril do ano seguinte.

1.3 LULA E O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

O PT surgiu como um partido constituído por Lula, junto a outros sindicalistas e por setores da classe operária, entre os quais os metalúrgicos, bancários, funcionários públicos, estudantes, por segmentos sociais organizados,

⁵ Ibid, p.3.

como o “Panela Vazia”, comunidades eclesiais de base, movimentos intelectuais, artistas e militantes de esquerda que haviam lutado pelo fim da ditadura militar no final da década de 1970.

O PT se destacou, desde o início, por sua origem extra-parlamentar, societária, com forte ligação com entidades e movimentos que representavam camadas populares da população, e não elites econômicas, contumazes constituintes dos partidos brasileiros; uma origem totalmente atípica em relação aos demais partidos da história política nacional (MENEGUELO, 1989, p.64).

O PT se constituiu como um partido ligado à defesa dos interesses das classes trabalhadoras e dos marginalizados da esfera política. Tal partido possui a seguinte definição:

PT: um instrumento político que permitiu que milhões de pessoas, que até então apenas participavam da política de forma muito longínqua, participassem ativamente no PT. Acho que essa é a grande novidade política no Brasil ⁶.

O PT se oficializou como partido em 1980, já no final da ditadura militar, originando-se de um processo de ruptura de um setor do movimento sindical (o *novo sindicalismo* do ABC paulista) com a antiga estrutura sindical do Estado Novo. Ele aglutinou, também, setores das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, na cidade e no campo.

Logo passou a atrair setores da classe média urbana, como funcionários públicos, professores e alunos universitários, profissionais liberais, setores chamados de novos movimentos sociais (ambientalistas, feministas, minorias sexuais e raciais). Foram também importantes, na formação do PT, remanescentes

⁶ Fala de Lula extraída do vídeo *PT, passado e presente*. Roteiro do Vídeo de formação, produzido por Luciana Rodrigues. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo, 2001.

das organizações políticas da esquerda brasileira dos anos 60, em sua maioria originárias das dissidências do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em função da crise do chamado socialismo real (MOURA, 2001).

Logo após a sua fundação, este partido foi a única legenda cujas lideranças mais expressivas não se encontravam na esfera política institucional. Dessa forma, o PT, tal como o PCB décadas antes, foi um caso raro de agremiação partidária brasileira que surge de baixo para cima, isto é, fora das instituições parlamentares (SILVA, 2003).

Ao se constituírem no grupo dominante do partido, os sindicalistas levavam à organização inicial do PT muitos dos conceitos e idéias que já colocavam em prática nos sindicatos. A preferência pela democracia direta foi notada desde o início do novo sindicalismo, se expressando de maneira diáfana nas assembleias plebiscitárias realizadas durante as paralisações grevistas; essa participação das massas possuía, para a direção sindical, a função de diminuir a distância entre as bases e a cúpula dos sindicatos (MENEGUELO, 1989, p.90). Também era sobremaneira valorizada por eles a auto-organização local, consubstanciada nos comitês de fábrica.

No ano de 1982, o PT já estava implantado em quase todo o território nacional. Lula liderou a organização do partido e disputou, naquele ano, o Governo de São Paulo.

Duas importantes organizações, uma de trabalhadores urbanos e a outra de trabalhadores camponeses, deram maior intensidade ao ciclo de transformações que atravessava o Brasil, nos anos de 1983 e 1984. O anseio dos trabalhadores por uma organização autônoma, independente do Estado e favorável ao rompimento definitivo com os setores atrasados do sindicalismo, aprofundou-se. Por isso, em 23

de agosto de 1983, durante a Conclat - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, foi aprovada a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

E em 1984, durante Congresso realizado em Curitiba, no Paraná, foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento de luta por terra e reforma agrária.

Ainda no ano de 1984, Lula participou, como uma das principais lideranças, da campanha das "*Diretas-Já*" para a Presidência da República. Esta campanha, além de contar com outros partidos políticos, mobilizou milhões de pessoas em todo o país. Em 1986, foi eleito o deputado federal mais votado do país, para a Assembléia Constituinte⁷.

Candidato ao Governo do Estado de São Paulo em 1982, Lula recebeu 1.144.648 votos. Não conseguiu ser eleito, mas saiu fortalecido politicamente, tanto que, em 1986, tornou-se o candidato a deputado federal mais votado do país, com 651.763 votos. Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, Lula participou da Assembléia Nacional Constituinte defendendo os direitos dos trabalhadores.

As propostas políticas petistas, assim como sua organização interna, refletiram anseios de democratização das decisões políticas com a participação das massas historicamente excluídas do confronto político brasileiro. Desta forma, pôde-se resumir a proposta política petista em três eixos principais. O primeiro deles diz respeito à inserção na arena político-institucional de amplos setores populares, antes marginalizados; setores estes sob o ambíguo rótulo de "classe trabalhadora", que ora diz respeito apenas ao "[...] operariado industrial, ora define-se pelos amplos segmentos assalariados do país, confundindo o conceito de trabalhador ao de massa popular" (MENEGUELLO, 1989, p.106).

⁷ BRASIL. *Op. cit.*, p.3.

O segundo eixo aponta para a necessidade de maior participação popular nas decisões políticas tomadas nas diversas esferas da arena político-institucional brasileira, em um processo de democratização do sistema político nacional.

Por fim, o terceiro eixo refere-se à defesa de uma sociedade “socialista e democrática”, colocada desde o nascimento do partido em termos difusos e gerais, explicitando a falta de uma definição clara a respeito da ideologia do novo partido. O socialismo democrático foi apresentado desde o início como a meta estratégica do partido, já que somente poderia se concretizar a longo prazo, quando a sociedade brasileira mostrasse possibilidades para tal e os trabalhadores estivessem devidamente organizados e mobilizados.

1.4 AS DISPUTAS ELEITORAIS

A política brasileira tem passado por um processo de transformações em sua práxis nos últimos vinte anos. A estética da visibilidade do poder operada pelos veículos de comunicação obrigou o universo da política a adotar novas práticas de ações que, amparadas por profissionais e técnicos oriundos do campo da comunicação social, pôde se adaptar ao novo contexto do jogo político.

A consolidação da democracia como regra de disputa pelo poder político, principalmente com o fim do regime militar, elevou as eleições à condição de grande momento de contenda política.

O Partido dos Trabalhadores disputou quatro eleições presidenciais: 1989, 1994, 1998 e 2002⁸. E em todas elas, Luiz Inácio Lula da Silva foi candidato. Saiu derrotado nas três primeiras eleições e venceu no pleito de 2002.

Considerando que as campanhas eleitorais constituem a faceta mais visível da ação político-eleitoral de um partido, elas devem ser encaradas como subordinadas aos e determinadas pelos objetivos políticos da legenda, refletindo ao mesmo tempo a correlação entre suas diversas forças intrapartidárias e as concepções internamente dominantes a respeito do jogo político-eleitoral e das ferramentas constituintes de uma campanha, como as pesquisas, o *marketing* político, etc.

As eleições de 1989 são consideradas um marco para a política brasileira (CHAIA, 2000). Primeiramente, por ter sido a primeira eleição direta para o cargo de presidente após 21 anos de ditadura militar. Segundo, por ter ampliado a participação e influência da mídia, tanto nos noticiários como no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Outra mudança assinalada foi a profissionalização das campanhas eleitorais, com a incorporação do marketing político, das modernas técnicas de comunicação e propaganda, do uso de pesquisas e de outros meios que ajudaram a aumentar a eficácia das campanhas (RUBIM, 2003).

Adesivos em vidros de carros, bandeiras vermelhas empunhadas, a sinalização do polegar e indicador formando um “L” de Lula – como se bradasse: “Lula, estamos com você” – ao som do jingle “Lula-lá, brilha uma estrela / Lula-lá, meu primeiro voto”, ilustraram o engajamento popular na campanha.

A eleição de 1989 foi também marcada por uma conjuntura de mudanças políticas, econômicas e sociais. A vitória de Tancredo Neves, eleito indiretamente

⁸ CADERNO DE FORMAÇÃO. **O PT faz história**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

pelo colégio eleitoral em 1985, marcou a transição do poder militar para o poder civil. Devido ao impedimento de Tancredo provocado por sua doença, que o levou à morte, em 21 de abril de 1985, quem assumiu a presidência foi o vice-presidente eleito, José Sarney, dissidente do partido governista que apoiou a candidatura de Tancredo. O governo José Sarney foi marcado pelo aumento galopante da inflação e as tentativas frustradas de planos econômicos para contê-la.

Nas eleições de 1989, havia mais de 11 candidatos. Fernando Collor (PRN) venceu o primeiro turno com 30,4% dos votos válidos. Lula teve 17,1%, muito pouco na frente do candidato do PDT, Leonel Brizola, que teve 16,5% dos votos válidos.

Os resultados do primeiro turno de 1989 evidenciaram equilíbrio entre esquerda e direita, renunciando, se os números fossem lidos à luz da identificação ideológica do eleitorado, o apertado confronto que ocorreria no segundo turno. Embora Collor individualmente tenha ficado bem acima dos demais candidatos, a direita como um todo teve um pouco mais de 38% dos votos, somados os sufrágios dados a Collor, Maluf, Aureliano e Caiado. A esquerda, por sua vez, não ficou longe disso: 32,7% (somados as votações de Lula, Brizola e Freire). Isso significava que o centro, com 20% dos votos (somados os sufrágios dados a Covas, Ulysses, Afif e Camargo), seria o fiel da balança (SINGER, 2002, p.67).

Conforme Singer (2001), o pleito de 1989 representou um passo importante para o PT, pois começou aí a superar o PDT como o maior partido da esquerda, o que se consolidaria na década de 90 e ajudaria o partido a tornar-se hegemônico no Rio Grande do Sul, o estado mais politizado do país.

O segundo turno, disputado entre Collor e Lula, acabou sendo o primeiro grande confronto nacional polarizado entre esquerda e direita no Brasil. Antes de 1964, nunca a esquerda teve um candidato próprio disputando efetivamente a presidência da República (SINGER, 2002, p.67).

Eleito por pequena margem de votos (42,75% a 37,86%) Fernando Collor apresentou-se como “caçador de marajás”, “inimigo da corrupção” e “defensor dos

descamisados”. Na verdade, Collor foi apoiado pelas oligarquias nacionais e pelo grande capital financeiro e industrial.

O governo de Collor durou pouco. Em 15 de março de 1990, sua primeira medida foi confiscar as cadernetas de poupança e os depósitos bancários acima de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) de pessoas físicas e jurídicas. Batizado de Plano Collor, o “pacote” econômico incluiu ainda uma reforma administrativa, a extinção de órgãos e empresas estatais, as primeiras privatizações, abertura às importações, congelamento de preços e indexação dos salários.

Como reflexo, o Brasil amargou um dois mais difíceis e graves períodos de recessão, marcado pelo aumento do desemprego, pelas inúmeras falências, pelo achatamento salarial, pela redução da classe média e pela transformação da inflação em hiperinflação. Sem contar a sucessão de escândalos, um forte esquema de corrupção e tráfico de influência envolvendo a figura do tesoureiro da campanha eleitoral de Collor, Paulo César Farias, o “PC”, ocorrido entre as “manobras” radicais do presidente.

É neste momento de caos, em 1992, que Luiz Inácio Lula da Silva entrou novamente em ação. Na presidência do PT, passou a ter papel importante na luta contra a corrupção que culminou com *impeachment* do presidente da República, Fernando Collor de Mello.

Em 1993, Lula engajou-se em uma luta pelos direitos humanos e pela conquista da cidadania, encampou uma campanha nacional de combate à fome. Ele pretendia transformar a fome numa questão política. Passou a liderar e a organizar Caravanas da Cidadania, percorrendo milhares de quilômetros, denunciando as condições subumanas de parcela expressiva da população (ABRAMO, 1996).

No ano seguinte, Lula voltou a se candidatar à presidência da república e foi derrotado por Fernando Henrique Cardoso. Nas eleições para a presidência da república em 1994, Lula já conhecia o Brasil melhor que ninguém. As pesquisas eleitorais davam conta de que Lula era imbatível, mas logo a classe dominante se ajustou para impedir sua vitória. Fernando Henrique Cardoso, (FHC) foi eleito presidente no primeiro turno. Lula obteve apenas 27% dos votos, mas o PT avançou. Elegeu 49 deputados federais, 89 estaduais, quatro senadores e senadoras e seus dois primeiros governadores no Distrito Federal e no Espírito Santo.

A eleição presidencial de 1994 foi marcada por dois momentos. O primeiro, no período pré-eleitoral, no qual Lula percorreu o interior do Brasil, na “Caravana da Cidadania”, denunciando a miséria e os problemas enfrentados pelos brasileiros espalhados pelo Brasil. Nessa época, Lula alcançava a liderança nas intenções de voto, favorecido pelos problemas enfrentados pelo governo federal, ainda sem candidato oficial. O segundo, decisivo para a definição do pleito presidencial, foi o lançamento do Plano Real, orquestrado por Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda.

O Plano Real lançou a candidatura de FHC como representante governista. Suas chances estavam ligadas ao sucesso ou fracasso do plano. Dessa forma, o governo federal não poupou esforços para que o Real apresentasse resultados rápidos para que favorecesse a eleição do candidato oficial, o “pai do Real”.

O Plano Real foi aplicado como fórmula mágica para acabar com a hiperinflação, levando a inflação a patamares controláveis. Logo no primeiro semestre de 1995, o governo FHC conseguiu aprovar emendas à Constituição,

quebrando o monopólio estatal do petróleo, das telecomunicações e da navegação de cabotagem – reformas para garantir a implementação do projeto neoliberal.

Em 1998, pela primeira vez no Brasil, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 16 de 1997, obteve-se permissão para candidatura à reeleição de detentores de cargos eletivos no Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal. Ou seja, constitucionalmente, o então presidente, Fernando Henrique Cardoso, pôde disputar mais um mandato presidencial no exercício do mandato. Lula foi novamente derrotado por Fernando Henrique Cardoso. A campanha eleitoral de 1998 teve como característica principal a candidatura à reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

Porém, o ano de 1999 iniciou com a desvalorização do real – até então elemento essencial e principal para a vitória de Fernando Henrique Cardoso. Em março, o Fórum Nacional de Luta – que aglutinou o movimento popular e o sindical, entidades estudantis e organizações de esquerda – realizou o “Dia Nacional de Luta”. Foi o início de um processo de intensificação das mobilizações no país.

Em 2002, ano de eleição presidencial, o Brasil apresentava um quadro favorável a possíveis mudanças políticas. Fernando Henrique Cardoso, único político a conseguir se reeleger no Brasil, chegou ao final de seu segundo mandato com sua imagem desgastada por uma crise que, em certa medida, vinha desde os anos 1990.

Nos anos imediatamente anteriores à eleição de 2002, Fernando Henrique Cardoso anunciava que a solução dos problemas sociais passaria pela capacidade do país em competir em um mercado internacional globalizado. Nesse sentido, seu governo empenhou-se em tornar o Brasil competitivo, nos moldes apresentados pelo modelo econômico hegemônico. Assim, empenhou-se, ainda no primeiro mandato (1994-1998), no desenvolvimento de um processo de diminuição do papel do Estado

na economia para torná-lo mais enxuto e ágil no mercado internacional (FALEIROS, 2000). Mesmo sendo responsável por avanços importantes em diversas áreas, os oito anos do Presidente Fernando Henrique Cardoso não foram suficientes para reduzir as desigualdades.

O contexto político, que cercava a eleição de 2002, foi marcado pelo fim da “Era FHC”, período de razoável estabilidade política, com saldo positivo para alguns, e negativo, para outros. O processo eleitoral e as estratégias políticas transitaram nos cenários e fóruns públicos, como também se apoiaram nas lógicas de seus processos.

No ano de 2002, ainda respirando os efeitos dos atentados de 11 de setembro de 2001, assistiu a reação do governo norte-americano com a invasão no Afeganistão, a guerra iniciada contra o terrorismo internacional e a caçada, sem sucesso, do líder terrorista Bin Laden.

Os bons resultados obtidos pelo PT nas eleições municipais de 2000 serviram de prévias e indicação das tendências políticas para as eleições presidenciais e estaduais de 2002. O sucesso eleitoral do partido, em 2000, consolidou um novo formato do discurso petista, mais pragmático e menos ideológico, além de afirmar a liderança de José Dirceu frente à direção nacional do PT.

O crescimento da votação do partido nas eleições municipais de 2000 e a vitória em importantes capitais como São Paulo, Porto Alegre, Aracaju, entre outras, demonstraram a eficiência do novo formato adotado pela campanha petista, voltado para a conquista de novos segmentos do eleitorado, abdicando de seu caráter classista para se tornar um partido de massas, com o discurso voltado para os diferentes grupos de interesse que formam a sociedade brasileira. A mudança

ampliou seu eleitorado, ao mesmo tempo em que o PT perdeu a sua identidade original.

O novo formato de campanha empregado adotou um discurso político moderado, o que permitiu a aproximação do partido com o eleitor comum e a diminuição de sua rejeição em diversos setores da sociedade brasileira. A modificação da atuação política foi um fenômeno comum a qualquer partido político que quisesse chegar ao poder, pois os partidos que queriam ocupar cargos majoritários, principalmente a Presidência da República, precisavam conquistar a maioria dos votos dos eleitores e, para isso, seu discurso precisava estar voltado para atender os interesses da maioria, e não apenas dos grupos nos quais o partido tivera origem.

Pela quarta vez consecutiva, o candidato do PT foi Luiz Inácio Lula da Silva. O estilo mais calmo e tranqüilo adotado por Lula – e por ele mesmo batizado como “Lulinha paz e amor” – teve como intenção deliberada diminuir a pecha de radicalismo que pesava sobre o candidato. Lula insistiu que seu governo seria o governo da conciliação, da negociação, do diálogo, e não da imposição; ele seria o único capaz de promover um “novo pacto social”, devido a sua competência como negociador e à maturidade política adquirida ao longo dos anos. Nesta questão da maturidade, também teve papel decisivo a apresentação, na televisão, do apoio de grandes empresários nacionais à Coligação Lula Presidente.

O candidato apoiado por Fernando Henrique Cardoso foi o senador José Serra (PSDB). A vice na chapa de José Serra era Rita Camata, do PMDB. Anthony Garotinho, então candidato pelo PSB, foi o candidato de esquerda que, em tese, poderia retirar votos de Lula. Ciro Gomes (PPS), apesar de concorrer por um partido de esquerda, foi mais percebido como de centro. Aliás, era filiado ao PSDB.

Lula, desgastado com as três derrotas nas eleições anteriores, condicionou a sua participação a uma real e efetiva chance de vitória. O PT representava, em 2002, a expectativa de um Brasil diferente. Assim, Lula e o PT mereciam uma chance de colocarem em prática as suas idéias. O difícil momento social do país favorecia o discurso histórico petista de defesa do social.

Diferentemente de todas as disputas anteriores, Lula terminou o primeiro turno em primeiro lugar com uma larga vantagem para o segundo colocado, superando em muito a votação que teve na eleição de 1998. Enquanto o candidato do PT obteve 46,44% dos votos válidos, José Serra ficou com 23,19%.

No segundo turno, Serra e Lula receberam praticamente o somatório de votos dados aos outros dois candidatos mais votados, Anthony Garotinho e Ciro Gomes.

1.5 LULA – O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Em 27 de outubro de 2002, aos 57 anos de idade, com quase 53 milhões de votos, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito Presidente da República Federativa do Brasil⁹.

Foi a maior votação obtida para a Presidência da República no Brasil e a segunda maior atribuída a um candidato em todo mundo. Foi também nesta eleição que o PT passou a ser o maior partido do Brasil. Elegeu a maior bancada federal – 91 deputados – duplicou sua presença no Senado – de sete para catorze – saltou de

9 BRASIL. *Op. cit.*, p.4.

92 para 147 em número de deputados estaduais e se reelegeram ainda Jorge Viana (AC), Zeca do PT (MS) e Wellington Dias (PI) para governadores.

O caminho estava aberto para Luiz Inácio Lula da Silva. Passados exatos treze anos da primeira campanha do PT à Presidência da República, Lula venceu nos dois turnos. Já no primeiro turno, em 6 de outubro, data que consta em seu registro como sendo a de nascimento, Lula bateu o recorde de votos atribuídos a um candidato: 39.443.765 (46,4% dos votos válidos). Em 27 de outubro - data em que realmente nasceu - Lula foi consagrado presidente da República Federativa do Brasil por 52.793.364 votos (61,27% dos votos válidos).

A vitória de Lula reforçou a esperança de mudança prenunciada no início do novo milênio. O Partido dos Trabalhadores foi o depositário do sonho de milhões de brasileiros e brasileiras em transformar seu país numa Grande Nação.

Aos 23 anos, o PT está cada vez mais disposto e capacitado a prosseguir na luta pela construção de um país livre, igual e solidário, que socialize riqueza, poder e conhecimento, reconhece o Partido dos Trabalhadores. (CADERNO DE FORMAÇÃO. **O PT faz história**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 24).

O Partido dos Trabalhadores teve como marcos de luta: *Diretas Já* (movimento por eleições diretas para a Presidência da República em 1984); *Criação da CUT e do MST* (organizações, uma de trabalhadores urbanos, criada em 1983 e a outra de trabalhadores camponeses, criada em 1984); *Mulheres no PT* (O 1º Congresso do PT aprova cota de 30% para mulheres no cargo de direção, em 1991); *Contra o Neoliberalismo* (por Trabalho, Terra e Cidadania em 1997); *Não à guerra e à Alca* (sobre ataque terrorista em Nova York, contra as torres gêmeas do World Trade Center, na manhã de 11 de setembro de 2001 e a participação ativa no Plebiscito que disse não a Alca – Área de Livre Comércio das Américas em 2002). Dentre essas, a mais importante causa de luta pelo Partido dos Trabalhadores

sempre consistiu na busca de melhores condições de salários e trabalho para todos os trabalhadores do país.

Lula propôs um pacto social intitulado “forças vivas da nação”. Aliou o Partido dos Trabalhadores ao Partido Liberal, criou uma aliança capital-trabalho, numa candidatura que se movia mais ao centro do que nas eleições anteriores. A “Coligação Lula Presidente” ainda contou com o apoio do Partido de Mobilização Nacional, com o Partido Comunista do Brasil e com o Partido Comunista Brasileiro. A vitória de Lula foi tida como um triunfo da democracia brasileira, ele interrompeu a lógica de 500 anos de história do Brasil.

1.5.1 1º Mandato

Na eleição de 2002, quem votou em Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estava insatisfeito com a política neoliberal do PSDB, que governou o país por oito anos, ou esperava uma guinada na condução da política econômica, e se frustrou. A manutenção da política de juros altos, um aperto maior ainda para manter o superávit primário e a continuidade de acordos com o FMI (Fundo Monetário Internacional) permaneceram¹⁰.

O resultado positivo foi o controle da inflação, a estabilidade do câmbio e o aumento das exportações, mas com pequeno crescimento econômico. Elogiada ao redor do mundo, a economia se transformou em uma das vitrines do governo petista.

¹⁰ FOLHA ON-LINE. O reeleito. São Paulo 09/11/2006, Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>, Acesso em: 21 abr. 2007.

A gestão de Lula, porém, não trouxe apenas boas notícias na área econômica. Foi marcada também por polêmicas e escândalos.

A maior crise enfrentada pelo presidente e seus aliados começou em junho de 2005. Veio em seqüência, às vezes acumulando-se, a eleição de Severino Cavalcanti (PP) para a Presidência do Congresso em fevereiro; a desintegração da base aliada em março; a operação abafa da CPI dos Correios em maio; o escândalo do "mensalão" em junho; a queda de Severino em setembro e os processos de cassação a partir de outubro.

A Edição da Revista Veja de nº 1.905, publicada em 18 de maio de 2005, trouxe uma matéria onde foram transcritos diálogos entre Maurício Marinho, então diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), nos quais se observou a ocorrência de atos de corrupção.

Tais diálogos ainda revelaram informações acerca de supostos procedimentos no Congresso Nacional que envolveu a troca de apoio político por cargos em empresas estatais, bem como órgãos públicos da Administração tanto direta como indireta.

No mesmo período, o Deputado Federal Roberto Jefferson passou a apontar, em manifestações junto aos meios de comunicações nacionais, a existência de um sistema de financiamento ilegal em processos políticos ou processos eleitorais e ainda fora deles, oportunidade em que se passou a usar o termo "mensalão" para se referir ao dito esquema de corrupção.

Jefferson resolveu "contar o que sabia", como explicou, depois de ser apontado como um "avalista" de um esquema de corrupção nos Correios, através de uma gravação de um funcionário da entidade negociando propina e que citou

Jefferson, já havia desencadeado a CPI dos Correios, que investigaria as denúncias de corrupção nas estatais. No entanto, nas semanas seguintes da denúncia à Folha, outros testemunhos trouxeram à tona elementos que sustentaram em parte o depoimento do então deputado.

Um dos principais focos da investigação consistiu no esquema operado pelo empresário Marcos Valério, denominado “valerioduto”, tratando-se de repasses realizados pelo empresário às campanhas políticas no decorrer das eleições, bem como contratos realizados entre o mesmo e a Administração Pública para prestação de serviços de publicidade para a Eletronorte, ao Ministério dos Esportes e ao Ministério do Trabalho, que apresentavam irregularidades. O empresário angariava recursos no setor público e privado e os repassava, por meio de suas agências de publicidade.

Segundo Jefferson, o dinheiro do “mensalão” vinha de estatais e empresas privadas e chegava a Brasília “em malas” para ser distribuído em ação comandada pelo tesoureiro do PT, com a ajuda de “operadores” como o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza. Para apurar as denúncias, os parlamentares criaram a CPI do Mensalão.

Uma das peças-chave das denúncias foi Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária do publicitário, que confirmou, em entrevista à revista *Isto É Dinheiro* o envolvimento do ex-chefe no suposto esquema de mesada.

Outro foco de investigação que também teve grande destaque, dizia respeito à atuação do publicitário José Eduardo Mendonça, sendo o mesmo um dos principais recebedores de recursos do “valerioduto” (RELATÓRIO FINAL DA CPMI DOS CORREIOS, 2006).

O mensalão consistiu num esquema de compra de votos parlamentares. A denominação “*mensalão*” utilizada pelo Deputado Roberto Jefferson fazia referência a uma suposta mesada que era paga a deputados em virtude dos mesmos votarem favoravelmente a projetos de interesse do Poder Executivo.

O esquema consistia num grupo de políticos, empresários, funcionários públicos que formavam uma quadrilha dividida em áreas de atuação, para a prática de crimes tais como lavagem de dinheiro, peculato, corrupção, etc.

O esquema tinha por objetivo o desvio de recursos públicos, concessão de benefícios em troca de dinheiro através da transferência de grande quantidade de dinheiro a deputados de maneira regular – o mensalão (RELATÓRIO FINAL DA CPI DOS CORREIOS, 2006)

De acordo com as investigações, o esquema era formado por três núcleos: a) o núcleo político-partidário: dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT); b) o núcleo empresarial: controlado por Marcos Valério e; c) o núcleo operacional e financeiro: dirigentes do Banco Rural e do Banco BMG.

Parte do dinheiro desviado era disfarçado através de empréstimo bancários – o esquema “*valerioduto*”.

De acordo com a CPI dos Correios, a partir de declarações feitas pelo próprio Marcos Valério, pelo menos R\$ 55 milhões teriam circulado pelos Bancos Rural e BMG e sido entregues ao grupo do empresário, na forma de falsos empréstimos.

Com esse dinheiro eram pagas dívidas do PT, gastos de campanha, além do suborno de deputados – o “*mensalão*”, tinha por finalidade obter apoio daqueles que

eram capazes de influenciar as decisões dos parlamentares a favor dos interesses do Poder Executivo¹¹.

Durante todo o processo, trabalhavam paralelamente as CPIs no Conselho de Ética, que analisavam se parlamentares envolvidos no caso do *mensalão* teriam quebrado o decoro parlamentar. Poucos foram cassados e a maioria foi absolvida, sendo que alguns renunciaram.

Ao final das investigações foram indiciados, dentre outros, os deputados: a) Roberto Jefferson Monteiro Francisco, por crime eleitoral (Art. 350 do Código Eleitoral); por crime contra a ordem tributária (Art.1º, I, da Lei 8.137 de 1990), por corrupção passiva (Art. 317 do CP); b) Maurício Marinho, por corrupção passiva (Art.317 do CP).

Também foram indiciados: a) Marcos Valério Fernandes de Souza, por crime de falsidade ideológica (Art. 299 do CP), por lavagem de dinheiro (Art. 1º, V, da Lei n. 9613/98, por tráfico de influência (Art.332 do CP), por corrupção ativa (Art. 333 do CP), por crimes contra a ordem tributária (Art. 1º e 2º da Lei n.8137/90, por peculato (Art.312 do CP); b) Delúbio Soares, por crime de falsidade ideológica (Art. 299 do CP), por crime de lavagem de dinheiro (Art.1º da Lei 9.613/98), por corrupção ativa (Art.333 do CP), por crime eleitoral (Art. 350 do Código Eleitoral), por peculato (Art.312 do CP); c) José Genoíno, por falsidade ideológica (Art. 299 do CP), por corrupção ativa (Art.333 do CP), por crime eleitoral (Art. 350 do Código Eleitoral); d) José Dirceu de Oliveira, por corrupção ativa (Art.333 do CP); além de outros deputados, funcionários públicos e empresários envolvidos.

No decorrer das CPIs, o presidente Lula foi poupado. Em sua defesa, declarou que se sentia traído por práticas inaceitáveis e que nunca teve

¹¹ RELATÓRIO FINAL DA CPMI DOS CORREIOS. 2006. Disponível em: <<http://www.cpmidoscorreios.org.br/relatorios>>. Acesso em: 9 jun. 2007.

conhecimento das mesmas. Apesar disso, Lula foi citado várias vezes. Foram apontadas como ilícitas as ligações entre Lula e o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, por exemplo, ele teria pago contas de Lula e de sua família, além das relações da Telemar com Fábio Luiz Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente.

O último escândalo envolvendo o PT e o governo Lula aconteceu durante a campanha eleitoral de 2006. Em setembro, a Polícia Federal apreendeu vídeo, DVD e fotos que mostravam o então candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra (PSDB), que foi eleito, na entrega de ambulâncias da máfia. A máfia das ambulâncias, como passou a ser chamada pela imprensa, consistia na utilização ilegal de recursos públicos para a aquisição de ambulâncias. Foi desbaratada em maio de 2006, pela Polícia Federal através da Operação Sanguessuga. A máfia era chefiada pelo empresário Luiz Antonio Trevisan Vedoin e seu pai, Darci José Vedoin, donos da empresa Planam, que contava com um braço de apoio no Ministério da Saúde, a ex-assessora Maria da Penha Lino. (AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/09/16>>)

O material seria entregue pelo empresário Luiz Antonio Vedoin, acusado de chefiar a máfia das sanguessugas, a Gedimar Pereira Passos, advogado e ex-policial federal, e Valdebran Padilha da Silva, filiado ao PT do Mato Grosso.

Gedimar e Valdebran foram presos, em São Paulo, com R\$ 1,7 milhão. Eles estavam no *Hotel Ibis* e aguardavam por um emissário de Vedoin, que levaria o dossiê contra o tucano.

Em depoimento à Polícia Federal, Gedimar disse que foi "contratado" pela Executiva Nacional do PT para negociar com a família Vedoin a compra do dossiê, e que do pacote fazia parte uma entrevista - supostamente a *Isto É*, acusando Serra de envolvimento na máfia das sanguessugas.

Ele disse, ainda, que seu contato no PT era alguém de nome "Froud ou Freud". Após a denúncia, o assessor especial da Presidência da República, Freud Godoy, pediu afastamento do cargo e negou as acusações.

Após o episódio, outros nomes ligados ao PT foram relacionados ao dossiê. A crise derrubou o coordenador da campanha à reeleição de Lula, Ricardo Berzoini, presidente do PT, substituído por Marco Aurélio Garcia.

O ex-secretário de Berzoini no Ministério do Trabalho, Oswaldo Bargas, que integrava a campanha do presidente, e Jorge Lorenzetti, analista de mídia e risco do PT e churrasqueiro de Lula, procuraram a revista *Época* para oferecer o dossiê. Também caem.

O ex-diretor do Banco do Brasil, Expedito Veloso, também foi afastado da instituição, após denúncia sobre seu suposto envolvimento com o dossiê. Valdebran disse que recebeu parte do dinheiro de uma pessoa chamada "Expedito". Ele teria participado da operação de montagem e divulgação do documento.

Mesmo diante de todos os escândalos investigados e transmitidos pela mídia, aqui apresentados, a imagem de Luiz Inácio Lula da Silva permaneceu inabalável. O povo se mostrou indignado com os integrantes do Partido dos Trabalhadores envolvidos nos escândalos e que ocupavam cargos importantes no ministério constituído por Lula, mas poupou o presidente do mesmo partido. Lula conseguiu, através do seu silêncio em momentos conflitantes e com seus discursos evasivos que pregam justiça e moralidade, formar uma imagem perante a opinião pública de "mártir" diante da situação, nos seus discursos deixou transparecer que foi traído pelos "companheiros".

1.5.2 2º Mandato

No dia 29 de outubro de 2006, Luiz Inácio Lula da Silva, novamente na companhia do vice José Alencar, foi reeleito presidente da República com mais de 58 milhões de votos, a maior votação da história do Brasil¹².

Lula derrotou o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, e foi reeleito com 60,83% dos votos válidos. O petista contabilizou 58.294.988 de votos, enquanto seu adversário, o tucano Geraldo Alckmin, obteve 37.543.083 de votos (39,17%). O presidente conseguiu ampliar a vantagem que já tinha nos Estados do Nordeste e diminuiu a desvantagem para Alckmin nos Estados do Sul do País.

Assim que Lula oficializou a sua candidatura, na convenção nacional do partido, dia 24 de junho de 2006 (perto da data limite estabelecida por Lei), constantes críticas sobre a dificuldade de se distinguir o presidente do candidato à reeleição passaram a fazer parte da campanha eleitoral¹³. O TSE advertiu que não aceitaria propaganda governamental institucional a partir da data da oficialização da candidatura. O governo ainda tentou encontrar uma brecha jurídica, alegando casos de necessidade pública para a continuação de campanhas televisivas sobre programas sociais do governo, tais como o *Fome Zero*, *Bolsa Família* e outros nas áreas de educação e saúde. Esse empenho não surtiu efeito e a proibição foi mantida, abrindo-se exceção apenas para o caso de empresas estatais que concorriam no mercado, sob a condição de não apresentarem logotipo ou menções ao candidato.

¹² Ibid, p.4.

¹³ FOLHA on-line. *Op. cit.*

A elaboração de uma cartilha com o logotipo do programa *Fome Zero* na capa, que seria distribuída nas escolas públicas do país, recebeu críticas de mesmo teor {de se distinguir presidente de candidato à reeleição} e foi recolhida pelo TSE que, além de confiscar quarenta milhões de cartilhas, aplicou uma multa de cem mil reais e ameaçou impugnar a candidatura do PT. Críticas maiores foram feitas principalmente por opositores políticos, que alegavam uso de dinheiro público com fins eleitorais. Em um de seus discursos de campanha, Lula afirmou que não sabia quando era candidato e quando era presidente.

Essa confusão de funções gerou na imprensa e em setores da sociedade indagações sobre a necessidade de se revisar o instrumento da reeleição. Indagações semelhantes ocorreram quando Fernando Henrique Cardoso era candidato e presidente em exercício, concomitantemente.

No dia em que realizou o primeiro ato oficial de sua reeleição, Lula concedeu entrevista aos meios de comunicação e, fugindo do estigma de um segundo governo mais frouxo fiscalmente para atender demandas de seus discursos, pois, em julho de 2006, tinha declarado que nunca fora um "esquerdista", admitiu que, em um eventual segundo mandato, prosseguiria com as políticas consideradas conservadoras adotadas no seu atual governo.

A imprensa mundial aludiu à reeleição do carismático e "não esquerdista" Lula. Até mesmo os banqueiros de Wall Street elogiaram sua vitória, pois, o antes temido representante maior da estrela vermelha petista, não mais apresentaria caráter reformista. O jornal britânico *Financial Times* deu esse enfoque na matéria publicada em 29/10/2006 sobre a reeleição com o título "*Wall Street também ama Lula*".

O *Financial Times* baseiou-se nas declarações dos clientes do Banco J. P.

Morgan, onde disse:

[...] as expectativas sobre a agenda de reformas estão baixas, o que significa que, mesmo que sejam pequenas, poderiam gerar um impacto positivo nos mercados. O tamanho da liderança do presidente Lula está diretamente relacionado com a veemência com que ele e seus ministros atacaram as reformas liberais promovidas pelo governo anterior, do PSDB. Encorajados pela responsabilidade social, alguns ministros, começaram a considerar a 'flexibilização' da lei de responsabilidade fiscal --um dos mais importantes pilares da política macroeconômica erigidos pelo PSDB. A noção de que, em um segundo mandato, Lula possa dar andamento a qualquer agenda reformista está começando a soar como fantasia.

Wall Street ama Lula, segundo o jornal britânico, porque a propaganda de esquerda reformista que o promoveu quando era "esquerdista" naquele momento soava como uma fantasia, visto que seu governo se constrói sobre os pilares que o PSDB estabeleceu.

A revista *Isto É Senhor*, 20/11/1989, p. 42 no artigo "A sangria de Collor e o crescimento de Lula indicam que há tempo para a virada" poderia ser editada naquele momento com o mesmo título, mas com outro veredicto. Pois, após sete anos, o mesmo Lula que cresceu com a sangria de Collor conseguiu driblar os eleitores, após viver os mesmos momentos como seu opositor, revertendo a situação a seu favor, evitando um possível *impeachment*.

Orlandi, em seu artigo para o *Jornal da Unicamp*, Edição 243, de 8 a 14 de março de 2004, analisando os dois primeiros anos do 1º mandato de Lula, disse acreditar que o marketing político e a cumplicidade da mídia, aliados ao dom natural que Lula tem de ser espontâneo, acabaram acentuando o efeito positivo da encenação, o que o levou à presidência. Entretanto, para a reeleição de 2006 o candidato não contou com a cumplicidade da mídia e, mesmo assim, sua imagem de homem honesto e íntegro, traído pelos companheiros, permaneceu intocável. Isso mostrou que seu poder de persuasão resistiu às investidas da imprensa.

Muito se questionou e algumas respostas foram encontradas por meio desta pesquisa. Cidadãos de condições sócio-econômica e cultural diferentes, de diversas partes do país, tentaram explicar e/ou justificar tamanha façanha. Concluiu-se que Lula reverteu esta situação com as seguintes estratégias: ora com o seu silêncio (que tinha a intenção de traduzir a sua repugnância por ter sido traído por seus companheiros), ora com os discursos proferidos, nos quais utilizava-se dos jargões “FOME ZERO” e do “BOLSA-FAMÍLIA” que atendia principalmente as regiões do Norte e Nordeste, ícones que constituíram a bandeira de seu governo e que o levaram à presidência da república¹⁴.

¹⁴ WIKIPÉDIA. Falta título. Disponível em: <<http://www.wikipédia.com.br>>, Acesso em: 21 fev. 2007.

2. ESBOÇO TEÓRICO SOBRE ANÁLISE DE DISCURSO

2.1 CONCEITO DE ANÁLISE DE DISCURSO

Para os estudiosos da disciplina Análise de Discurso, esta expressão tem suscitado, em função da sua multiplicidade de significados em circulação, uma série de equívocos. Foi a partir da década de 60 que o estudo da língua por ela mesma começou a ser desestabilizado com novas propostas. Surgiu então a preocupação com o uso da linguagem, estendeu-se a análise para além da frase, introduziram-se componentes pragmáticos e a dimensão social começou a fazer parte do estudo da língua com o objetivo de combater o formalismo, surgindo então, diferentes práticas sob o rótulo de análise do discurso. Bakhtin foi o pioneiro no quadro de críticas quanto à negação do *objetivismo abstrato* e do *subjetivismo idealista*, mas somente a partir dos anos 70 é que surgiram duas práticas em particulares conjunturas, nascidas no encontro de determinados ramos da tradição sociológica e marxista, com propostas de reformulação da teoria lingüística: a análise do discurso de linha francesa (doravante AD) e a lingüística crítica no mundo anglo-saxão (que posteriormente vai constituir a Análise do discurso Crítica – doravante ADC).

As principais questões concernentes ao quadro epistemológico da análise do discurso de linha francesa a que será atida para a pesquisa do corpus desta pesquisa, têm como principais referências Michel Pêcheux na França e Eni Orlandi no Brasil.

Antes, serão tratados alguns conceitos de Análise de Discurso, formulados por alguns autores que ajudarão a entender melhor o que vem a ser essa expressão:

Segundo Maingueneau (1997, p.11), invocar o sucesso da análise do discurso implica expressar-se de forma ambígua; de fato, desse modo tanto é possível compreender o sucesso da expressão análise do discurso quanto o da disciplina de que trata esta obra. Infelizmente, os dois aspectos não coincidem, porque a expressão “análise do discurso” pode designar qualquer coisa, ou seja, toda a produção de linguagem pode ser considerada “discurso” e advém da própria organização do campo da lingüística, enquanto a disciplina não está conexas à lingüística. Por isso, assiste-se a uma verdadeira proliferação de empregos da expressão “análise do discurso”. Em *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*, haviam sido levantadas seis acepções do termo discurso na literatura lingüística; desde então, o conceito tornou-se ainda mais confuso, pois o sintagma completo, *análise do discurso*, arrastou-se a uma circulação incontrolável até estabelecer-se como disciplina. E hoje, essas divergências não existem.

Para o autor, a análise de discurso não pretende ser especialista da interpretação, dominando o sentido dos textos, mas almeja construir procedimentos que exponham o olhar do leitor a níveis opacos à ação estratégica do sujeito, isto é, não se pode mais entender o leitor como um sujeito que atue somente como receptor passivo da mensagem. Mas, espera-se que o leitor possa construir interpretações, sem mais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, a que alguns autores conceituarão como *Interdiscurso*, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal. Este é o desafio crucial que pretende a análise de discurso na concepção do autor.

Em outras palavras, a análise do discurso para o autor articula-se às ciências sociais (sociologia, psicologia, história, filosofia etc.) e seu aparelho está assujeitado à dialética da evolução científica que domina este campo. Ao se construir interpretações, o desafio crucial é perceber as minúcias quaisquer de um discurso sobre outro discurso ou, ainda, em relação ao espaço de onde esse discurso foi produzido. E é através das ciências sociais (sociologia, psicologia, história, filosofia, etc.) que o analista poderá encontrar as minúcias que permitirão o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito afetado por outros discursos e ideologias.

Brandão (2004) considera a definição de Courtine (1981) para quem a discursividade se define por “uma ordem própria, diversa da materialidade da língua” e, por outro, “esta ordem se realiza na língua”, o que significa dizer que o discurso se utiliza da língua para concretizar-se, mas tem autonomia para a significação, pois depende do contexto em que está inserido.

Bakhtin (1999) reconhece que, enquanto a forma lingüística for apenas um sinal e for percebida pelo receptor como tal, não terá nenhum valor lingüístico. O autor exemplifica dizendo que nem nas primeiras fases da aquisição da linguagem isso é admissível, pois é necessário que a forma, a que chamaremos alfabetização, deva ser orientada pelo contexto. Dessa forma, o elemento que torna a forma lingüística um signo não pode ser visto só como sinal, deverá haver uma mobilidade específica, isto é, se ocorrer só a decodificação do sinal não se poderá dizer que se tem o signo, pois reconhecer o signo significa compreender a palavra no seu sentido particular e na sua apreensão conferida por um contexto e uma situação, a palavra deverá ser vista no sentido da evolução e não do imobilismo.

Assim, na prática viva da língua, a consciência lingüística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas,

mas apenas com a linguagem sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular (BAKHTIN, 1999, p.95).

Orlandi (2005) vê a análise do discurso como uma maneira de problematizar formas de se ler e falar, levando os sujeitos leitores e falantes a questionarem o que lêem, ouvem e produzem nas diferentes manifestações da linguagem. Não há neutralidade nem mesmo no que é realmente aparente. Assim, a análise de discurso possibilita reflexão e permite uma relação mais atenta com a linguagem. “O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2005, p.15).

Brandão (2004) diz que a linguagem entendida como discurso não é um conjunto de signos que se utiliza para comunicação ou âncora para o pensamento, mas a linguagem analisada como discurso é interação e um modo de produção social. Sendo assim, ela não é neutra e por isso é o lugar privilegiado da manifestação da ideologia.

“A língua é um fato social cuja existência se funda nas necessidades de comunicação. O discurso é o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos” (BRANDÃO, 2004, p.7).

Como se pode observar, o termo “Análise do Discurso” ainda é polêmico, pois se trata de uma ciência nova, em estudo. Mas, permite analisar os efeitos de sentidos, que muitas vezes estão implícitos em um enunciado. Neste âmbito, o entendimento da leitura ou de um ato de fala não fica condicionado à mera decodificação de um enunciado, mas permite e exige do leitor um posicionamento sócio-histórico-ideológico, uma memória do dizer (interdiscurso), já que os textos escritos ou falados são produzidos a partir de outros textos, outras vezes que se cruzam continuamente na produção textual, o que será visto com mais detalhes nos próximos capítulos.

Antes, há de se fazer distinção entre texto e discurso. O texto é aquele que gera e amplia o conhecimento, é o produto do discurso, pode-se dizer o discurso assim materializado. Já o discurso é entendido como a ação, a prática social, a produção de efeito de sentido e não somente transmissão de informação.

Será considerado como ponto de partida o conceito de Análise do Discurso de Orlandi (2005): “O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.” (p.15). Uma vez que o objeto de análise desta pesquisa são entrevistas, será observado, portanto, o homem falando.

2.2 CONCEITO DE DIALOGISMO

Se para ocorrer a interação entre os interlocutores de um discurso como vimos, pressupõe-se a presença de diálogo, será necessário compreender o conceito de Dialogismo, que permeia toda a obra de Bakhtin.

Bakhtin (1981) foi um dos primeiros a apresentar a noção de intertextualidade, considerando que os textos mantêm um diálogo entre si. Para este autor, o princípio dialógico permeia a linguagem, sendo impossível conceber o discurso ignorando-se o Dialogismo, que constitui, na concepção bakhtiniana, a condição de sentido do discurso. Para ele, a língua é um fato social, cuja existência se funda nas necessidades da comunicação.

São duas as categorias essenciais em Bakhtin: Alteridade e Dialogismo. Quando se utiliza a linguagem verbal escrita ou falada, tem-se no horizonte um

interlocutor, que ao receber a mensagem poderá fazer uma outra construção desta e retorná-la ao locutor. Pode-se, assim dizer, que o locutor tem grande responsabilidade ao emitir o enunciado. No processo de Dialogia, de Bakhtin, os sujeitos do diálogo se alteram em processo (devir). O Diálogo é uma corrente inserida na cadeia infinita de enunciados (atos), em que a dúvida leva a outro ato e este a outro, infinitamente. O enunciado afirmado por alguém passa a fazer parte de todos os enunciados, numa cadeia infinita. A identidade é dada pela alteridade. (Disponível em: <<http://wilsondavid@cpfl.com.br>> Acesso em: abril/2007).

Brandão (2004), ao tratar Monologismo *versus* Dialogismo, também recorrerá ao pensamento de Bakhtin (VOLOSHINOV, 1929), no sentido de que este critica Saussure, para quem a língua é vista como um sistema monológico. Para Bakhtin, a língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, é antes um fenômeno social que se dá pela interação verbal e se realiza através da enunciação e das enunciações. É através desta interação verbal, das palavras, das formas, que o outro me revela quem é e; desta forma, o eu pode formar a primeira imagem de si mesmo. Neste sentido, a palavra para Bakhtin não é monológica, mas plurivalente, passando a ser uma condição constitutiva do sentido.

Barros (2003), ao retratar o conceito de dialogismo de Bakhtin no texto, diz que este é o espaço interacional entre o eu e o tu ou entre o eu e o outro. O “outro” tem papel fundamental na constituição do sentido, pois para Bakhtin nenhuma palavra é nossa, mas traz em si a perspectiva de outra voz. Na verdade, o discurso é permeado por outros discursos ouvidos ou lidos no decorrer de nossa existência. Afirma a autora que Bakhtin se dedicou pouco à análise da conversação. No entanto, não se descuidou da perspectiva sócio-histórica da interação.

Coube às teorias semióticas e pragmáticas em geral e à análise de discurso o estudo das relações de persuasão e de interpretação na interlocução. Para Bakhtin, participam da construção dialógica do sentido o enunciador e o enunciatário e estes são envolvidos por sistema de valores de que decorrem a persuasão e a interpretação.

Os analistas do discurso de linha francesa, que interessam a esta pesquisa, desenvolvem uma teoria não-subjetivista da enunciação, para quem o sujeito não é o centro do discurso e nem tem liberdade discursiva individual. Mas antes este sujeito deve ser consciente, pertencer a uma classe, ter ideologia, um sujeito que fala e se fala. (ROBIN, 1977).

Barros (2003), quando trata do dialogismo presente nos muitos textos da cultura os divide em monofônicos e polifônicos. Quando a presença de outros textos é explícita, pode-se chamá-los de polifônicos, pois na concepção de Bakhtin as vozes se mostram. No entanto, há muitos textos em que estas vozes não são percebidas, pois elas se ocultam sob a aparência de uma só voz, a que o autor chama de monofonia. Para Bakhtin, os textos são dialógicos porque resultam do embate de muitas vozes sociais, quer estes textos sejam monofônicos ou polifônicos.

Pode-se, então, concluir que dialogismo é o diálogo que ocorre em um enunciado escrito ou falado que pode estar explícito ou não. A comunicação, depois das teorias levantadas por Bakhtin e analisadas por muitos estudiosos que nutrem por ele “admiração incondicional” conforme Brait (2003), passou a ser compreendida de forma mais abrangente e interessante. Hoje, é inconcebível aceitar uma forma de comunicação em que o sujeito e enunciador da mensagem seja considerado meramente emissor desta, sem levar em consideração pontos importantes

levantados por Bakhtin como a importância do outro e do contexto histórico-social que engloba ambos para que haja, de fato, a interação e se efetive assim o processo de comunicação.

2.3 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

Este tópico abordará as definições de Condições de Produção (CP), dadas por Orlandi (2005) e Brandão (2004).

São de três ordens as origens da noção de condições de produção para Courtine (1981), citadas por Brandão (2004):

- a) origina-se em primeiro lugar da análise do conteúdo tal como é praticada sobretudo na psicologia social;
- b) origina-se indiretamente da sociolinguística na medida em que esta admite variáveis sociológicas (“o estado social do emissor, o estado social do destinatário, as condições sociais da situação de comunicação[...]”) como responsáveis pelas CPs do discurso;
- c) tem uma origem implícita no texto de Harris, *Discourse analysis* (1952): nele não figura o termo CP, mas o termo “situação”, colocado em correlação com o de “discurso” ao referir-se ao fato de se dever considerar como fazendo parte do discurso apenas as frases “que foram pronunciadas ou escritas umas em seguida das outras por uma ou várias pessoas em uma só situação” ou de estabelecer uma correlação entre as características individuais de um enunciado e “as particularidades de personalidade que provêm da experiência do indivíduo em *situações interpessoais condicionadas socialmente*” (apud COURTINE, 1981, p.20).

Entende-se por estas definições de Courtine (1981) que, para se analisar as Condições de Produção, deve-se focar no(s) sujeito(s) e situação de enunciação. Para a análise do discurso deverá ser observado o contexto sócio-histórico dos interlocutores, isto é, o estado social do emissor e do destinatário, o conhecimento de mundo, nível cultural e experiências de vida de ambos, além das condições sociais da situação de comunicação, para que haja a interação desses sujeitos.

Dessa forma, ter-se-á o contexto sócio-histórico em que ocorreu a situação de comunicação. Um emissor que elabore e exponha um enunciado com informações não reconhecidas pelo destinatário corre o risco de não ser entendido, e desta forma, a comunicação não alcançará seu objetivo, pois não ocorrerá a interação, ou melhor, o retorno, quer seja na devolutiva da resposta verbal ou em resultados positivos em se tratando de eleições para cargos eletivos ou até na comercialização de produtos.

Por isso, o autor enfatiza a importância de análise do conteúdo do discurso observando-se o estado e condições sociais da situação de comunicação como responsáveis pelas Condições de Produção do discurso.

Para Orlandi (2005) as Condições de Produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e as situações. Para a autora, a memória também faz parte da produção do discurso, pois se pode considerar as condições de produção em sentido estrito e, desta forma, perceber as circunstâncias da enunciação que se referem ao contexto imediato. E, ainda, se considerada, em sentido amplo, as Condições de Produção incluem o contexto sócio-histórico e ideológico. Para o locutor e interlocutor este conhecimento se faz necessário para que haja interação, como a autora exemplifica, referindo-se a uma faixa preta com o enunciado em largas letras brancas, onde se lê: “vote sem medo”, colocada na porta de uma universidade. Seria necessário que o enunciatário soubesse que o negro representa a cor do *Fascismo*, dos conservadores, da “direita” em sua expressão política. O fato de constar na faixa a palavra “medo” sugere perigo, ameaça. Pressupõe que algum candidato da oposição ameaça os eleitores. Um outro exemplo é a bandeira de um povo, as cores, a forma, os dizeres que têm por detrás todo um contexto histórico-social e ideológico que só dizem respeito aos indivíduos daquele país.

Brandão (2004), ao trazer a noção de Condições de Produção atribuída à Pêcheux (1969) a primeira definição empírica geral da noção de CP. Ele a fez inscrevendo a noção no esquema “informacional” da comunicação elaborado por Jakobson (1963, p. 214); esquema que, apresentando a vantagem de colocar em cena os protagonistas do discurso, o seu “referente” permite compreender as condições (históricas) da produção de um discurso. A contribuição deixada por Pêcheux permite ver os protagonistas de um discurso representando “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia” e não somente ver esses protagonistas como “*organismos humanos individuais*” (p. 44). Assim, entende-se que os lugares socialmente reconhecidos estabelecem a relação entre enunciador e enunciatário, como, por exemplo, um tribunal de justiça, em que o juiz, os advogados e o réu assumem papéis diferentes. No discurso, as relações entre esses lugares representam “Formações Imaginárias”, que permitem entender a formação discursiva do enunciador em face ao lugar que ocupa na sociedade.

2.4 FORMAÇÕES DISCURSIVA E IDEOLÓGICA

A formação Discursiva determina o que pode e deve ser dito a partir de uma posição determinada por uma conjuntura sócio-histórica, a que podemos chamar de formação ideológica. É através da formação discursiva que o sujeito interpelado pelas condições sócio-histórica se expressa revelando sua posição perante a sociedade.

Desta forma, o sentido do discurso é determinado pelas posições ideológicas e estas estão atreladas ao processo sócio-histórico. O sentido das palavras muda conforme a posição ideológica de seus interlocutores. É ainda através das formações ideológicas que se compreende o processo de produção de sentidos e sua relação com a ideologia, possibilitando através da análise do discurso estabelecer regularidades no seu funcionamento.

Para Orlandi (2005), as palavras não possuem sentido, isoladas, mas é através das Formações Discursivas que elas passam a ter significados e por outro lado, as formações discursivas representam no discurso as Formações Ideológicas, definições importantes e básicas para a Análise de Discurso. Um discurso poderá ser permeado por várias formações discursivas, a esses discursos articulados, a autora chama de interdiscurso, isto é, o já-dito poderá relacionar-se com o discurso do momento.

Já para Brandão (2004) uma das instâncias em que se materializa a ideologia é o discurso. Se o discurso processa a ideologia é interessante neste momento, entender o que vem a ser ideologia. Chauí (2006) define este vocábulo desta forma:

Ideologia é um termo usado no senso comum contendo sentido de “conjunto de idéias, pensamentos, doutrinas e visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e, principalmente, políticas”. A ideologia, segundo Karl Marx, pode ser considerada um instrumento de dominação que age através do convencimento (e não da força), de forma prescritiva, alienando a consciência humana e mascarando a realidade. (CHAUÍ, M. S. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ideologia>>. Acesso em: 8 set. 2007, grifo do autor).

Se a ideologia é materializada pelo discurso, pode-se dizer, então, que ela faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. Orlandi (2005) diz que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para

produzir o dizer. O sentido do discurso se estabelece através de uma relação determinada do sujeito com a língua, afetado pela história.

Novamente recorre-se ao pensamento bakhtinano, pois para o autor “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo” (BAKHTIN, 1999, p.31). Se o signo é formado de um significante, a materialidade do objeto: imagem, palavra, etc.; e de um significado que essa materialidade oferece; pode-se entender o ideológico: a cultura, as idéias, crenças, também como sendo a parte significante do signo e esta ideologia quando expressada, passa a ter um significado para aqueles que pertencem a uma mesma classe social. O autor exemplifica utilizando-se dos símbolos religiosos que representam o sacramento cristão da comunhão, o pão e o vinho. Entretanto, estes produtos utilizados somente para o consumo não têm o mesmo significado. “[...] um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele pode refletir e refratar uma outra. Ele pode ainda distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc.” (BAKHTIN, 1999 p. 32)

Por isso, o uso do pão e do vinho enquanto símbolo religioso reflete uma realidade simbólica. E todo signo também está sujeito aos critérios de avaliação ideológica, isto é, poderá ser verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.

E então, como se forma um pensamento ideológico compartilhado por uma classe social?

Para Bakhtin (1999), um ou mais pensamentos ideológicos partem de uma consciência individual que se estende a outra consciência individual formando, assim, uma cadeia ideológica; e o indivíduo só se torna consciente quando adquire e se impregna do conteúdo ideológico, e aí sim, teremos o processo de interação social.

Fiorin (1997), para definir ideologia, acompanha a análise que Marx faz do trabalho, a qual será explanada de forma sucinta a seguir.

Para o autor numa formação social, temos dois níveis de realidade: um de “essência” ou profundo e um de “aparência”, ou seja, um não-visível e fenomênico. Considerar-se-á, para exemplificar o nível da *aparência* a forma de pagamento objetivada por um trabalho, “o salário”, que seria o pagamento de um trabalho realizado. No caso do trabalho, a relação que ocorre entre os indivíduos é considerada livre e igual. Eles não estão ligados por laços de dependência pessoal como no modo de produção escravagista, pois podem negociar o trabalho, uns vendem, outros compram.

Se, no entanto, sair-se do nível da aparência que seria a circulação dos bens (a venda e compra de um trabalho) e passar-se para a questão da *produção*, entrar-se-á no nível da “essência”, pois já não ocorrerá à troca igualitária, o operário estará vendendo a sua força de trabalho, ele não receberá o pagamento pelo total das horas trabalhadas, mas ele receberá pela jornada de trabalho em que produzirá para receber o salário, as horas excedentes e, conseqüentemente, *mais valia*, irão para o patrão.

Exemplificando melhor, se um indivíduo é contratado para trabalhar 8 horas diárias, não receberá, ao final, todo o valor que produziu, mas somente o valor acordado. Quando se contrata um pedreiro pode-se fechar um preço por dia ou por trabalhos executados. Se o contratar para executar o trabalho por dia, pode-se ter prejuízo ou lucro, depende da seriedade do profissional, pois um serviço que poderia ser executado em uma hora este profissional poderá levar duas ou mais, afinal estará ganhando do mesmo modo. Agora quando o contrato é fechado por trabalhos executados, o pedreiro é quem poderá ter lucro ou prejuízo, se gastar menos tempo

e não houver percalços na jornada, lucro, ao contrário qualquer contratempo poderá lhe trazer prejuízo.

Depois de acompanhar a análise, chega-se à conclusão de que, no nível da essência ou profundo, um operário recebe não pelas horas trabalhadas, mas na realidade, ele vende a força de seu trabalho, ou seja, este trabalhador recebe o mínimo necessário para que sobreviva e continue a produzir. O valor excedente das horas trabalhadas é destinado ao patrão, ao capitalista que se apropria do valor laboral de outrem, conforme afirma o autor.

São essas relações que determinam a presença do capitalismo:

As relações que, no nível de superfície, apresentam-se como relações entre indivíduos são, no nível de essência, uma relação entre classes sociais, uma que se apropria do valor produzido pelo trabalho não-pago e outra que vende sua força de trabalho e é espoliada (FIORIN, 1997, p. 27).

É a partir do nível aparente que se constroem os conceitos de individualidade, de liberdade como algo individual na sociedade capitalista e do nível fenomênico da realidade, as idéias dominantes numa dada formação social, pois neste último nível a realidade põe-se em ordem invertida, isto é, só neste nível (fenomênico) existem as relações igualitárias de troca.

Conclui-se, conforme o autor, que a ideologia é esse conjunto de idéias, essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com outros homens. E se a ideologia é elaborada a partir das formas fenomênicas da realidade e estas ocultam a essência da ordem social, pode-se dizer que ela é “falsa consciência”.

Por outro lado, o autor afirma que:

Se há inversão da realidade, a ideologia está contida no objeto, no social, não podendo, portanto, ser reduzida à consciência. Ela existe independentemente da consciência dos agentes sociais. É uma forma fenomênica da realidade, que oculta as relações mais profundas e

expressa-as de um modo invertido. A inversão da realidade é ideologia (FIORIN, 1999, p. 28-29).

Pode-se entender, então, que formação ideológica é o ponto de vista ou a visão de mundo que um determinado grupo ou classe social tem a respeito da realidade vivida; é a maneira como esta classe ordena, justifica e explica a ordem social, ponto de vista este que poderá ser bom, falso, verdadeiro, como mostrou Bahktin (1999).

Faz-se necessário que fiquem claras as definições das Formações Discursivas (FD) e as Formações Ideológicas (FI), pois esta pesquisa pretende analisar as formações discursivas nas entrevistas fornecidas pelo atual presidente da república, a partir de sua formação ideológica.

2.5 O DITO E O NÃO DITO

Para Orlandi (2005), a análise do discurso deve acolher o dito e o não-dito, compreendendo que o dizer tem relação com o não dizer, pois cabe ao analista perceber exatamente o que está implícito. Para a autora, Ducrot (1972) tem desenvolvido um trabalho exemplar sobre o não-dizer (implícito) a que o autor determina como o pressuposto e o subentendido, o autor irá separar exatamente o que deriva da linguagem (pressuposto) daquilo que só se percebe no contexto (subentendido). Um exemplo dado é que quando uma pessoa diz: “Deixei de fumar”, o pressuposto é que esta pessoa fumava antes, uma pessoa que não fumou antes jamais formularia este enunciado. Para a autora a frase “Deixei de fumar” seria o dito

que traz como pressuposto e que ela considera presente no enunciado “Eu fumava antes”. Já o subentendido está atrelado ao contexto, pois poderíamos nos perguntar ou imaginar o que teria levado o sujeito a deixar de fumar, será porque percebeu que o fumo lhe fazia mal? Esta justificativa poderá não ser verdadeira e também não está ligada ao dito.

O não-dizer também é entendido na análise de discurso como interdiscurso, ideologia e formação discursiva que já vimos anteriormente. Para a autora quando um sujeito diz “X”, o não-dito “Y” mantém uma relação de sentido e informa o que “X” quis dizer.

Um fato que poderá exemplificar esta situação foi o que ocorreu na campanha eleitoral para o cargo a governador de São Paulo, em 2001. O candidato Paulo Maluf, em entrevista para uma determinada rádio, antes de responder à primeira pergunta ao jornalista, fez o seguinte comentário, que não será reproduzido na íntegra, pois no momento não se é possível lembrar a exatidão das palavras, mas que tinha o seguinte teor: o assalto que sofrera sua esposa por motoqueiros, mesmo acompanhada pelo motorista particular, em um farol de uma grande avenida na cidade de São Paulo. Em seguida, o deputado colocou-se em lugar dos paulistanos, dizendo entender o medo que sentiam ao circular pelas ruas do Estado. Veja, o deputado estava em campanha eleitoral, portanto na sua fala “X” tinha implícito o que vamos chamar de “Y”, um não-dito que nada mais era senão a questão da segurança. O que o deputado insinuou com a sua fala é que em São Paulo faltam investimentos na área de segurança para a população.

A autora afirma ainda que o já-dito, mas que já foi esquecido, tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação. Sendo assim, o interdiscurso (a relação de um discurso com outros discursos) determina o intradiscurso que é o

dizer (presentificado) e este se sustenta na memória (ausência) discursiva. É o que acontece frequentemente nas campanhas políticas e mesmo na produção jornalística, objeto desta pesquisa.

Brandão (2004) considera este assunto na perspectiva de Courtine (1981) que analisa as seqüências discursivas em domínio de objetos, distinguindo-os como:

- um domínio de memória;
- um domínio de atualidade;
- um domínio de antecipação.

Por domínio da memória entende-se uma seqüência discursiva de referência, em que outros elementos se agregarão. Isto é, convive-se com enunciados cristalizados e a eles são acrescentados outros dados que permitem uma nova organização ou uma outra enunciação. São estas formulações de referência que produzem efeitos num processo discursivo. Efeitos esses, que tanto podem ser de lembranças, de redefinição, de transformação como de esquecimento, de ruptura, de denegação do já-dito; e que se entende por memória discursiva, conforme a autora. Esta prática discursiva permite escolher, através do domínio da memória, o que deve e não ser dito e é regulada por aparelhos ideológicos de Estado, se enquadrando naquilo que Foucault (1971, p.11) classificou de procedimentos de controle e de delimitação do discurso:

[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel conjurar dele os poderes e os perigos, de dirigir o acontecimento aleatório, de afastar dele a pesada, a irredutível materialidade.

Portanto, aquilo que, numa determinada contingência histórica, pôde ser dito, não deverá ser trazido à tona em outro momento. Pode-se dizer que a formulação de referência poderá recuperar o passado ou simplesmente apagá-lo, produzindo os efeitos necessários para aquele momento da enunciação.

Já no domínio da atualidade busca-se um conjunto de seqüências discursivas que admitem uma formulação dada numa conjuntura histórica, mas que se inscrevem no momento do acontecimento. Pode-se dizer que ocorre nesse domínio um diálogo entre as seqüências discursivas, pois a memória de um acontecimento do passado reatualiza uma conjuntura do presente.

Quanto ao domínio da antecipação, esta reúne seqüências discursivas que se estabelecem no nível intradiscursivo, e sendo interpretáveis, provocam efeitos de antecipação. E segundo Courtine (1981), o domínio da antecipação pode revelar:

1. Que há um canal aberto numa seqüência discursiva, pois entende-se que se algo já fora dito, que o autor coloca como *sempre-já*, poderá acrescentar-se algo a dizer, que o autor coloca como *sempre-ainda*;
2. O processo discursivo não é entendido como fechado.
3. A possibilidade de se construir o domínio da antecipação, partindo-se da relação desta com uma seqüência discursiva de memória.

O domínio de antecipação e seus efeitos ora explicitados nos ajudam a entender o processo discursivo das entrevistas, objeto de análise dessa dissertação. Pois, o processo discursivo da entrevista não é entendido como fechado, ocorre uma relação do assunto em questão com fatos anteriormente transmitidos pela mídia. Mesmo assuntos já discutidos, entendidos pelo autor como “sempre já”, voltam a ser tratados pela mídia, como referência para uma nova matéria ou porque novas informações e/ou investigações surgiram e requererão uma seqüência discursiva de memória por parte de ouvinte.

Pode-se concluir que, tanto para Orlandi (2005) quanto para Brandão (2004) que tomaram para suas análises, estudos de outros pesquisadores, um discurso nasce de outro (ou outros) e que a relação que se estabelece entre estes discursos,

quer pelo já-dito (ORLANDI, 2005), quer seja por domínios de memória, atualidade ou antecipação (BRANDÃO, 2004) permitem formular enunciação ou enunciações que produzirão os efeitos desejados, mas nem sempre interpretados pelo interlocutor ou interlocutores.

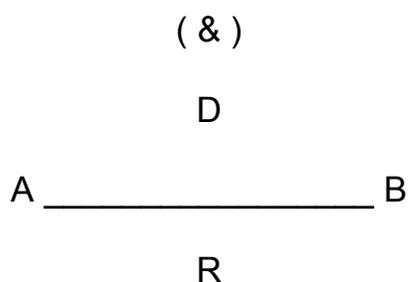
2.6 O DISCURSO POLÍTICO

Para tratar deste discurso específico, foram utilizadas algumas noções dadas por Osakabe (1979), dentre outras. O autor, para sua análise específica de discurso político, compara as pesquisas realizadas sobre análise de discurso de Pêcheux (1969–1973) e Austin (1970), dando ênfase às definições do segundo.

Osakabe analisou discursos políticos de Getúlio Vargas e o seu trabalho auxilia na análise das entrevistas dadas pelo político ora escolhido para este trabalho, Lula.

Para o autor, o ponto de partida para a análise do discurso político deve ser o das condições de produção, que permitem obter-se um quadro de informação prévio e necessário, possibilitando uma observação interna de cada realidade discursiva. No entanto, há duas perspectivas para encontrarem-se as condições de produção, que na visão do autor, são problemáticas, mas são fundamentadas por óticas distintas: a Psicologia e a Sociologia. Pois a produção tanto pode ser considerada do ponto de vista de um produtor individual quanto do ponto de vista de um produtor socializado. Sendo assim, não importa por qual tônica se produz o discurso, importa que o texto exista e deva ser levado em consideração.

Portanto, é necessário ter-se o cuidado para, ao se escolher uma perspectiva determinada, não correr o risco de restringir os próprios objetivos da análise. Por isso, Osakabe (1979) propõe analisar o corpus, a princípio, de maneira neutra e sugere iniciar a análise pelas condições de produção, para só depois estabelecer um domínio específico e, para isso, utiliza-se de uma esquematização proposta por Pêcheux, pois este esquema apresenta “a vantagem de colocar em evidência os protagonistas do discurso, bem como seu ‘referente’.” (OSAKABE, 1979, p. 47-48).



Tem, respectivamente:

A: o destinador

B: o destinatário

R: o Referente;

(&): o código lingüístico comum a A e a B

➤ o contato estabelecido entre A e B

D: a seqüência verbal emitida por A em direção a B.

Esta esquematização, pensada por Pêcheux, em que um destinador processa uma seqüência verbal a um destinatário, não é considerada só informativa, mas engloba, além de um “efeito de sentido”, uma relação de intersubjetividade. Ele também substitui o termo mensagem por discurso. Até aqui, Osakabe (1979) concorda com Pêcheux . A discordância vem quando Pêcheux entende que destinador e destinatário são representantes de um lugar em determinada formação

social. Para Osakabe, neste momento, Pêcheux assume uma postura sociológica, ficando comprometido com um interesse determinado. Dessa forma, o discurso fica caracterizado como resultante das relações de papéis sociais determinados e a interpretação das significações decorre das relações entre esses papéis. E nesse sentido Osakabe crê que mediando o esquema básico dado por Pêcheux e os papéis sociais e, funcionalmente, num plano mais fundamental, somente nos papéis sociais, se encontrem outros elementos que podem ser definidos a partir do esquema de formações imaginárias dado pelo próprio Pêcheux. Entende-se por formações imaginárias a imagem que destinador e destinatário se fazem mutuamente.

O autor ao analisar o esquema em questão em que destinador e destinatário procuram formar uma imagem de si e do outro, de acordo com os papéis sociais que assumem no momento do discurso, percebe que ocorrem falhas, e as atribui como sendo problema dos atos de linguagem pertinentes às condições de produção.

Osakabe (1979), ao se referir aos atos de linguagem, volta a citar Austin (1970), para quem os atos de linguagem consistem no esquema de comunicação, que traz algumas variantes em relação ao colocado por Pêcheux. Para Austin, na fala, há três espécies de atos interligados e nem sempre os limites entre eles são claros, que seriam:

[...] um ato de **locução** (fonética, gramatical e semântica); [...] um ato de **ilocução** (produzido pelo próprio ato de falar, palpável); [...] e um ato de **perlocução** (produzido pelo ato de dizer, isto é, como decorrência do ato de dizer) (OSAKABE, 1979, p. 51).

Para o autor, o ato de locução está implicado no segundo, ainda que não intencional e o terceiro ato, o de perlocução é quase consequência do segundo, da mesma forma, ainda que não intencional. No entanto, o autor atribui importância significativa ao segundo ato, o de ilocução, pois nele se concentram três papéis

fundamentais da linguagem: *descrição + ação + consequência* (OSAKABE, 1979, p.177).

Para elucidar, toma-se da proposição de Austin um exemplo dado por Osakabe, na frase: “eu juro que só quero o bem da Nação” (OSAKABE, 1979 p. 56). A concretização da frase (sujeito, verbo, etc.) seria o ato de locução e a proposta de juramento, o ato de ilocução. O ato de perlocução é exatamente o que está implícito na frase, pois o sujeito, ao emitir um ato de “juramento”, induz, ou melhor, intenta persuadir o ouvinte da sinceridade política do locutor.

Tendo em vista o entendimento do processo argumentativo neste tipo de discurso e tomando como base as noções acima dadas por Pêcheux e Austin, o esquema proposto poderá ficar assim entendido: há um destinador (enunciador) neste caso, um político; este elaborará um discurso, usando um código lingüístico comum (a Língua Portuguesa) para ele (enunciador) e para o destinatário (enunciatário) eleitores, com os atos que nos propõe Austin (de *locução, ilocução e perlocução*). Este parece ser o esquema perfeito para uma comunicação, conforme o autor.

Osakabe (1979, p.97) depois de observar os discursos políticos analisados percebeu que:

[...] o ato de argumentar parece estar fundado em três atos distintos que guardam entre si uma relação aproximada do tipo implicativo: um ato de *promover* o ouvinte para um lugar de decisão na estrutura política; um ato de *envolvê-lo* de forma tal a anular a possibilidade da crítica; e um ato de *engajar* o ouvinte numa mesma posição ou mesma tarefa política.

O conjunto destes atos é que permite ao locutor alcançar seu propósito em relação ao ouvinte: primeiro promoção, segundo envolvimento e terceiro engajamento. Aliado a esta ordem na argumentação, se faz necessário que o locutor

tenha uma imagem de seu ouvinte, pois esta lhe servirá para obtenção dos efeitos de sentido que almeja.

O autor salienta que essa imagem ou imagens que o locutor tem do ouvinte podem ser equacionadas numa perspectiva interpessoal, pois se entende que o locutor é que tem o direito à palavra e isto lhe garante posição de domínio sobre o ouvinte. Mas também é necessário que o locutor pressuponha o que o ouvinte aceita como válido e indiscutível. Algumas significações propostas pelo autor e que são consideradas válidas e fundadas em certas significações são: “coletividade”, “povo”, “democracia”, “consciência nacional”, “nacionalidade”, “bem”, “mal”, etc. (OSAKABE, 1979, p. 98).

Citelli (2005), quando analisa o discurso político afirma que este tipo de discurso apresenta nas suas variabilidades discursivas uma forte presença da persuasão. Este tipo de discurso apresenta ainda *jogos de poder, estratégias de controle, instâncias de domínio ou libertação, etc.* Para o autor este discurso elabora três grandes movimentos estratégicos: *divulgação, adesão, justificativa/explicação.* (p. 85-86)

A *divulgação* consiste nas informações que instituições políticas, partidos, mandatários e candidatos apresentam ao público, através dos meios de comunicação, tais como: palavras de ordem, símbolos, bandeiras, broches, tucanos, estrelas etc.

Já a *adesão* tem o propósito de fazer com que as pessoas adiram às mensagens enunciadas, procurando desta maneira aumentar o número de adeptos ou militantes.

Quanto à *justificativas/explicações* será a manutenção dos outros dois quesitos: divulgação e adesão. É através da justificativa/explicação das ações que

se manterão os adeptos. Esta justificativa também será utilizada para rebater os contradiscursos de adversários.

Citelli (2005) faz também outras referências que ajudam na análise do discurso político.

1. Atribuição de propriedades, as falas se apresentam com propriedades únicas, isto é, o enunciador diz que só ele poderá fazer “alguma coisa” pelos outros.
2. Caráter do enunciador, que tem a pretensão de desenhar o caráter positivo de quem fala, seja do indivíduo ou de um partido etc. O autor propõe que para evidenciar o *ethos* (termo grego utilizado) é interessante versar sua oposição ao *antiethos*. Cita como exemplo a campanha de Lula para a presidência da república de 2002. Pois, a equipe de propaganda do candidato articulou de maneira competente este jogo. Ao candidato do PT, associado ao *ethos* atribuiu-se um ícone de mudança, mostrou-se um perfil moral inatacável deste que derrubou seu adversário José Serra, colocado na condição de *antiethos*, identificando-o a Fernando Henrique Cardoso, que naquele momento, apresentava imagem bastante desgastada.
3. O tom apelativo que articulam argumentos racionais e emocionais. Conforme o autor as expressões ou frases que possuem certa carga afetiva intencionam criar uma espécie de cumplicidade entre enunciadores e enunciatários. E para exemplificar, o autor lembra o ex-presidente Fernando Collor de Mello, na ocasião de seu com o seguinte apelo “não me deixem só”. (p. 90).
4. Os pré-constituídos que são fórmulas de linguagem já cristalizadas no discurso político para se obter uma rápida aproximação com o público. Exemplos dados pelo autor: “É preciso combater a miséria”; “O analfabetismo deve ser erradicado” e etc.

5. A palavra como espetáculo, constituída de algumas figuras de linguagem e até de jargões utilizadas com intuito de emocionar, aproximar, sensibilizar etc.
6. Viés ideológico, os discursos políticos trazem as marcas ideológicas de onde se originam, se de direita, esquerda etc.

O discurso político também ganha força através do marketing político.

A princípio o marketing surgiu para atender uma política de mercado e da economia, em função de industriais que foram desafiados a administrar uma nova realidade, oriunda da Revolução Industrial. Ao longo dos anos esse conceito foi sendo aprimorado e hoje o marketing contemporâneo é entendido dessa forma:

O conceito contemporâneo de Marketing engloba a construção de um satisfatório relacionamento a longo prazo do tipo *ganha-ganha* no qual indivíduos e grupos obtêm aquilo que desejam e necessitam. O marketing se originou para atender as necessidades de mercado, mas não está limitado aos bens de consumo. É também amplamente usado para "vender" idéias e programas sociais. Técnicas de marketing são aplicadas em todos os sistemas políticos e em muitos aspectos da vida. (WIKIPEDIA. **Marketing**. Disponível em: <<http://wikipédia/org/wiki/Marketing>>, Acesso em: 02 nov. 2007, p. 1).

Esse conceito abrangente do termo marketing de hoje, originou o marketing político e é através deste, que o candidato vende sua imagem e conquista o eleitorado. Dessa forma, a empresa contratada trabalha a imagem do candidato como a um produto, visando atender a necessidade do consumidor/eleitor. O discurso do candidato é construído e se organiza em função do que o eleitorado espera e quer ouvir, a idéia consiste no poder de persuasão e sedução.

Esse processo de sedução que estrutura o percurso argumentativo do discurso do marketing político sujeita o consumidor/eleitor a acreditar, de fato, que a sua vontade está sendo atendida Mas, isso é uma ilusão, porque esse homem, na realidade, foi influenciado pelo marketing: é o "ato de promover" de que fala Osakabe (1979).

As ações que antecedem o lançamento de um candidato se fundamentam em pesquisas sobre o contexto histórico, político e social do país. O resultado dessas pesquisas é que direcionará o enunciado do discurso do candidato, determinando os pontos que devem ser enfatizados, criticados ou simplesmente apagados. Além disso, o discurso do marketing político trabalha o ethos do candidato a fim de moldar sua personalidade em conformidade à própria enunciação, que visa atender os interesses dos eleitores.

Brandão (2004), ao interpretar as considerações de Courtine sobre a memória, diz que as escolhas do sujeito estão determinadas pelo imaginário e pela memória discursiva e que esses efeitos de memória tanto podem ser de lembrança, de redefinição, de transformação, quanto de esquecimento, de ruptura, de denegação do já-dito.

Foi possível presenciar esses efeitos de memória recentemente na candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição para a presidência da república. Por mais que a imprensa trouxesse para os meios de comunicação fatos comprometendo o presidente à reeleição de 2006, prevaleceu a opinião do povo, que preferiu manter a ruptura do discurso de direita ouvido durante anos.

Os meios de comunicação, em especial rádio e televisão, expõem os fatos mesclando-os entre o passado e presente, o que traz ao consumidor/eleitor a ilusão de constatação dos fatos. É o efeito de credibilidade enunciado pela mídia que leva seus interlocutores à condição de co-enunciadores, isto porque seus interlocutores reproduzem e promovem o discurso enunciado.

Sendo a mídia formadora de opinião, devido o lugar que ocupa no ato da enunciação e da formação discursiva na qual se inscreve, percebe-se o poder que ela tem para a práxis do marketing político.

Pode-se perguntar, então, o que teria acontecido com a mídia que detém esse poder, no processo de reeleição do presidente Lula?

Ante ao poder da mídia, pode-se dizer que o *ethos* prevalece ao conteúdo, exatamente o que aconteceu nessa situação.

A ilusão de imediatez alimentada pela mídia, através de inúmeras estratégias de negação do seu trabalho de mediação, pode suggestionar os atores políticos, ativos ou passivos, no sentido de uma relação direta entre eles, sem nenhuma mediação institucional, seja ela de partidos ou do Estado. Nesse caso, a mídia funcionaria como (im) ou possível partido eletrônico (RUBIM, 1994, p.44).

O marketing político se assemelha a uma empresa de publicidade de produtos, pois para lançar um candidato, exige uma equipe especializada composta de vários profissionais que devem trabalhar a imagem do candidato de modo a transformá-lo em um líder político, capaz de representar seus eleitores por um tempo determinado.

Depois de todo esse preparo, cabe ao marketing político focalizar os meios de divulgação do produto, nesse caso, o candidato. Para isso acionam-se os meios de comunicação de massa que representam o lugar onde ocorrerá a enunciação. É através da mídia que os efeitos de sentido do discurso garantirão a transparência das ações.

Quando a promoção da imagem do candidato seduz o eleitor e este estabelece uma relação de identificação e preferência, partilhando essa idéia com outros, podemos dizer que houve o “ato de engajamento” definido por Osakabe (1979).

O “ato de engajamento” que promove o candidato e seduz o eleitor é muito mais fácil de ser conquistado quando se trata de campanhas presidenciais, devido o jogo de interesses que há por parte dos proprietários da própria mídia.

Pensando nos debates políticos que ocorrem antes das eleições, o discurso do marketing político é deslocado para o lugar de enunciação que a mídia ocupa e ela passa a ser, na ordem do discurso, o seu primeiro enunciador.

Embora queira se mostrar imparcial é ela, a mídia, que conduz o debate, é ela quem define o que será perguntado, o tempo e o espaço de exposição de cada candidato. Por isso, ao definir-se isenta, é a mídia que direciona o fio condutor do debate.

Esse processo discursivo pré-estabelecido acontece também nas entrevistas, deixando muitas vezes os entrevistados em situações embaraçosas e com a imagem comprometida.

Mesmo assim, o consumidor/eleitor dá ao debate político mais credibilidade do que à propaganda eleitoral, a qual vê como manipulador. E é a mídia televisiva considerada o lugar ideal para enunciação do marketing político.

Pode-se concluir que o marketing político alcança a visibilidade necessária através da mídia, considerada um canal de enunciação essencial para atingir a massa e conquistar os consumidores/eleitores, pois, ela oferece os recursos necessários que trarão a repercussão esperada pelos candidatos.

Apesar de ainda haver muito que se pesquisar e explorar sobre o discurso político, para análise deste trabalho serão utilizados apenas os conceitos ora abordados.

3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A escolha do *corpus* desta dissertação surgiu pelo interesse de entender o processo discursivo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de entrevistas dadas a alguns jornalistas.

Durante os anos em que Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido por Lula, foi Líder Sindicalista, houve a oportunidade de ouvir muito dos seus discursos e de acompanhar a trajetória de movimentos grevistas que aconteceram em São Bernardo do Campo, pois, além de trabalhar nesta época numa grande empresa metalúrgica do município, também se reside nele até o momento.

De fato, era contagiante a maneira como este homem destemido e persistente conduzia os trabalhadores. Conseguia inflamá-los a ponto de estes enfrentarem as repressões policiais e os patrões. Lula e os integrantes do Partido dos Trabalhadores tinham perdido o medo, estavam imbuídos num só sentimento: buscar justiça social, começando por melhorar as condições de trabalho do operariado.

Sua trajetória política pôde ser acompanhada pelos brasileiros, desde o surgimento do Partido dos Trabalhadores, em 10 de fevereiro de 1980, seguindo pelas suas candidaturas: a primeira para governador do estado, em 1982 (derrotado), deputado federal, em 1986 (eleito), presidência da república, em 1989, 1994, 1998 (derrotado). Só em 2002, conseguiu alcançar seu objetivo e do Partido

dos Trabalhadores, alçarem à Presidência da República. Entretanto, durante todo este período, Lula esteve engajado em muitos outros projetos: *Diretas Já*, luta pelos direitos humanos e conquista da cidadania, campanha nacional de combate à fome, entre outros. Buscar equidade para os brasileiros, eis aí sua ideologia de vida.

Seus discursos, proferidos de forma simples, mas com forte carga emotiva, recheados de jargões, faziam-no aproximar-se da massa que constitui esta nação.

No entanto, alçado à presidência da República desde 2002, a imagem de homem cuja moral era inatacável, exatamente, porque em seus discursos, colocava-se no lugar de brasileiros que se sentiam injustiçados devido às desigualdades sociais e, principalmente, em relação às inúmeras corrupções existentes no país, passou a ser questionada. Isto, devido ao grande escândalo em esquema de corrupções que assolou o Partido dos Trabalhadores e alguns líderes tidos como aliados e de confiança do então presidente Lula.

As entrevistas dadas por Luiz Inácio Lula da Silva que nos serviram para análise são de dois meios de comunicação distintos. Uma foi veiculada na Rádio CBN de notícias, na voz do comentarista Arnaldo Jabor, no dia 23/03/2006, com o título “As voltas que o mundo dá”; no entanto, tal entrevista havia sido dada ao jornalista esportivo Milton Neves, em 1993, quando Lula ainda era Presidente do Partido dos Trabalhadores e acabara de ser derrotado na campanha para a Presidência da República. A outra, foi veiculada no Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, em 10/08/2006, pelos jornalistas William Bonner e Fátima Bernardes. Tanto a primeira entrevista, em que Lula é convidado a falar sobre o impeachment de Collor, quanto a segunda, em que é questionado sobre as mazelas de seu governo, só decorreram em virtude dos escândalos que envolviam o Presidente da República, seus ministros e membros de seu respectivo partido.

O embate principal que moveu estas e outras séries de entrevistas era um possível pedido de impeachment do Presidente Lula, o que não ocorreu e isso acabou por deixar intrigados muitos cidadãos brasileiros. O episódio final, acompanhado por todos, foi a reeleição do então Presidente.

A análise deslinda o discurso de Lula em relação às seguintes categorias analíticas da AD:

1. apresentação das condições de produção de cada entrevista;
2. identificação dos diversos papéis que assume o sujeito do discurso;
3. análise de como ocorrem as formações ideológica e discursiva na argumentação.

A identificação dos seguintes elementos é necessária, pois permitirá analisar os três pontos acima destacados: enunciador, enunciatário, enunciação, enunciado, o dito e o não-dito, memória discursiva, polifonia e formações imaginárias.

As condições de produção de cada entrevista, como vimos, decorrem de datas, situações e espaços distintos. Vê-se que a primeira entrevista, ocorrida em 1993, tinha um enunciador derrotado nas eleições para a Presidência da República e com a oportunidade de criticar o fracasso de seu adversário político. Esta mesma entrevista volta ao ar em 2006, na voz de um outro jornalista, Arnaldo Jabor, que apela para a memória discursiva do ouvinte, pois o contexto é outro, em que este mesmo sujeito [Lula] pleiteia uma reeleição, com o agravante de ter que responder por situações de corrupção em seu governo. No entanto, o sujeito de ambas as entrevistas é o mesmo, Luiz Inácio Lula da Silva, assumindo o papel de enunciador, tornando-se responsável pelos dizeres de seus discursos.

O enunciador (político), ao produzir os enunciados, tem a intenção de induzir os enunciatários (eleitores) a acreditarem em suas palavras, pois primeiramente deverá ser entendido pelos entrevistadores e, conseqüentemente, pelo povo da

nação brasileira. Entretanto, tratando-se de entrevistas, mesmo Lula sendo o destinador-manipulador, fazendo desta manipulação um fazer persuasivo, poderá em alguns momentos ser surpreendido pela manipulação do destinador que tentará desestabilizá-lo. Dessa maneira, cumprirá dupla função, assumirá papéis diversos no discurso, o de enunciador e co-enunciador.

Agora, para que a interação destes processos discursivos ocorra, será necessário acionar a memória do enunciador e enunciatário, que é fundamental para se situarem as circunstâncias da enunciação, principalmente nesta análise em que o sujeito no primeiro momento atua como espectador, isto é, na primeira entrevista o enunciador (Lula) faz críticas em relação ao governo Collor. Portanto, sua condição naquele momento é de expectador e muito tranqüila. O que já não ocorre na segunda entrevista em que o mesmo enunciador é criticado pela imprensa pelas irregularidades que estão ocorrendo no seu mandato.

Tanto na primeira entrevista como na segunda este enunciador (Lula) produz um discurso em que se percebe, na sua argumentação, o apelo à emoção do enunciatário, "A palavra como espetáculo" (CITELLI, 2005, p. 91), pois ele se utiliza de exemplos do cotidiano da vida dos brasileiros para justificar suas ações, como nessa resposta dada à jornalista Fátima Bernardes ao ser questionado a respeito de não saber sobre o que estava acontecendo no Planalto:

Ora, vamos ser franco e vamos ser honesto entre nós.

Tá cheio de famílias que tem problema dentro de casa e a família não sabe. Tá cheio de pai e mãe que ficam sabendo que o seu filho cometeu um delito pela imprensa ou quando a polícia prende. Como é que pode alguém querer que o presidente da república, embora tenha que assumir responsabilidade por todos atos, saiba o que está acontecendo agora na Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo ligado (a Secretaria, o Secretário) Ministério da Agricultura?

Ao rebater a resposta, a jornalista consegue, de forma perspicaz, contra-argumentar com a seguinte resposta:

Mas presidente, comparar com uma mãe zelosa, apaixonada, cega de amor, o senhor acha que o eleitor espera do senhor esse comportamento ou o comportamento de alguém que possa administrar e organizar, coordenar o governo?

Reportando-se ao segundo capítulo desta pesquisa, observa-se que o enunciador constrói seu discurso com marcas que devem ser interpretadas pelo enunciatário, fazendo sentido para este. E, para que este processo se concretize, o enunciador deve levar em conta os aspectos sociais e culturais deste enunciatário. Desta forma, tem-se a formação discursiva como processo que resultará em um enunciado. Neste sentido, nosso enunciador se sai muito bem, porque em sua formação discursiva faz comparações “apelativas”, como esta, por exemplo, quando compara sua condição de administrador de um país a de pais, ou melhor, mãe zelosa, que nem sempre sabe o que acontece com os filhos. Essa afirmativa levou em consideração que o país conta com um índice muito baixo de pessoas instruídas, pois, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgados em 29/09/2007 para os meios de comunicação, o percentual de brasileiros que não sabem ler e escrever é inferior apenas ao da Bolívia, onde a taxa de analfabetismo foi de 11,7% em 2005.

O que acontece no processo discursivo nessa entrevista, para diferenciá-la de um discurso de marketing político, é que o segundo pode ser elaborado em função de e para atingir os eleitores. Já, na entrevista, a interação entre enunciador (entrevistador) e enunciatário (entrevistado) é marcada por imprevistos, em virtude da resposta dada pelo entrevistado, que poderá gerar uma outra pergunta. Desta maneira, o telespectador (enunciatário) poderá formar uma imagem boa ou ruim do

enunciador e co-enunciador (entrevistado), deixando entrever seu *ethos*, que faz parte de uma formação imaginária.

O silêncio também é uma forma de discurso, têm uma intenção, nem sempre interpretável e, conforme afirma Orlandi (2005), o não-dito ou como afirma Ducrot, (1987), o subentendido pode ser uma ótima estratégia para driblar a opinião pública. Também se percebe tal ocorrência nas entrevistas que serão analisadas. Em muitos momentos, o enunciador, ao invés de responder às perguntas, falará dos feitos em seu governo, subentendendo sua crença de que desta maneira convencerá o ouvinte de que, apesar de todo o escândalo, o país está crescendo economicamente, a inflação está controlada, etc.; suas respostas são evasivas. O enunciador e co-enunciador (entrevistado) não perde a oportunidade de fazer o marketing político de seu governo.

Há também a necessidade de se perceber que os meios de comunicação em que as entrevistas foram veiculadas são diferentes: rádio e televisão, cujos recursos utilizados para a veiculação apresentam rituais diferentes.

Entretanto, tanto no rádio como na televisão, para as entrevistas, utiliza-se de mesma estratégia que consiste de perguntas e respostas. Com a diferença de que a televisão conta com o recurso da imagem do entrevistador e entrevistado e, portanto, gestos, expressões faciais, etc., também comunicam. O que determina a interação numa entrevista televisiva ou radiofônica, conforme autoras Almeida e Gerab (2006) é:

A seleção lexical feita, o silêncio do entrevistado, bem como sua mudança de postura podem ser indícios daquilo que está nas 'entrelinhas' da fala e que não pode passar despercebido ao entrevistador. Ao entrevistado compete desenvolver o tópico discursivo de maneira clara e esclarecedora, procurando responder às perguntas do entrevistador sem se aproveitar da oportunidade para se expor na mídia em benefício próprio. (ALMEIDA; GERAB. Quo Vadis, Retoricidade? Estratégias Interacionais em Entrevistas Radiofônicas. In: PRETI, Dino (org.). **Oralidade em diferentes discursos**, 2006, p. 213).

É exatamente contrário disto o que se percebe quando políticos são entrevistados. Eles se esquivam de responder às perguntas dos entrevistadores e aproveitam o momento da entrevista para se exporem na mídia em benefício próprio, com intenção de votos.

Proceder-se-á então à análise das entrevistas de acordo aos objetivos já estabelecidos.

3.2 A PRIMEIRA ENTREVISTA

Segue abaixo a entrevista veiculada na rádio CBN de Notícias, pelo comentarista Arnaldo Jabor, em 23/03/2006 intitulada “As voltas que o mundo dá”; tal entrevista motivou a busca de sua primeira apresentação que se deu em 1993, pelo jornalista Milton Neves, comentarista esportivo.

O comentário de Arnaldo Jabor (2006), “**As voltas que o mundo dá**”

Linha 1 - Arnaldo Jabor (Enunciador 1): Amigos ouvintes, recebi uma gravação com o presidente Lula, que na época não era presidente ainda, em 1993, falando sobre o do Collor. O entrevistador pergunta se ele tem (pausa) pena do Collor que tinha acabado de ser “impichado”. Vejam a resposta do Lula:

GRAVAÇÃO (1993)

Linha 6 - Milton Neves (Enunciador 2): Oh Lula, agora uma coisinha... primeira vez que eu tenho a satisfação de falar com você aqui na... E meu negócio é futebol, teu negócio é política, primeira vez que eu falo com você lado a lado, mas me diga uma coisa, uma curiosidade que eu tenho, Lula, Luiz Inácio Lula da Silva você tem pena de Fernando Afonso Collor de Mello?

Linha 12 - Lula (Enunciador 3): Tenho, eu... não é que eu tenho pena... como ser humano eu acho “qui” uma pessoa que teve a oportunidade que aquele cidadão teve de fazer alguma coisa de bem para o Brasil, um homem que tinha respaldo da grande maioria do povo brasileiro, ou seja, “iii” ao invés de construir um governo construiu uma quadrilha como ele construiu, me dá pena porque deve haver qualquer sintoma de debilidade no funcionamento do cérebro do Collor. Efetivamente eu fico com pena porque eu acho que o povo brasileiro esperava que essa pessoa pudesse, pelo menos, conduzir o país senão a soluções definitivas, pelo menos indícios de soluções para os graves problemas que nós vivemos. Lamentavelmente a ganância, a vontade de roubar, a vontade de praticar a corrupção fez com que o Collor jogasse o sonho de milhões e milhões de brasileiros por terra. Mas de qualquer forma eu acho que foi uma grande lição que o povo brasileiro aprendeu e eu espero que o povo brasileiro em outras eleições escolha pessoas que eles conheçam o passado político.

3.3 ANÁLISE DA PRIMEIRA ENTREVISTA

Nesta primeira entrevista, o que chama a atenção é a presença da polifonia existente. As vozes aqui se mostram; temos um enunciador (E1) que usa da ironia (o comentarista Arnaldo Jabor); que se apropriando de uma outra voz, do Jornalista Milton Neves (E2), tem a intenção de ativar a memória discursiva do ouvinte, quando coloca a mesma entrevista de 1993 em 2006.

O diálogo entre os discursos está implícito, pois a intenção do comentarista (E1) é chamar a atenção da nação brasileira que assiste à campanha política eleitoral de candidatos à presidência da república e que tem como candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva (E3). Candidato este que, concomitantemente à campanha para reeleição, responde por atos de corrupção cometidos no seu governo, envolvendo ministros e partidários do Partido dos Trabalhadores.

O título utilizado pelo comentarista “As voltas que o mundo dá” também induz o povo brasileiro a repensar esta situação. Por que se pediu o impeachment de Collor logo que começaram a circular as suspeitas de envolvimento de ministros

e altos funcionários em uma grande rede de corrupção? No entanto, as suspeitas, na época, logo se transformaram em denúncias, graças a uma intensa campanha da imprensa. Muitos se perguntam “O que aconteceu com a imprensa e o povo brasileiro hoje, em 2006?”

Observe o trecho a seguir da fala de Lula (E3) na entrevista: “[...] ao invés de construir um governo construiu uma quadrilha como ele construiu, me dá pena porque deve haver qualquer sintoma de debilidade no funcionamento do cérebro do Collor.” (linha 16).

Esse sentimento de pena associado à suposição de debilidade mental com a utilização da locução verbal (deve haver), ele (E3) não tem certeza, intenciona mostrar um enunciatário decepcionado, pois neste caso Lula ao mesmo tempo é o enunciador (E3), quando responde à pergunta do jornalista; e co-enunciador, pois ao responder à pergunta, coloca-se no lugar dos brasileiros. Até o seu tom de voz é pausado, mostra-se pesaroso como alguém que sofrera um grande abalo. As palavras ali proferidas parecem mediar entre o social e o individual.

Procurou-se na entrevista marcas que denunciasses o espaço (o aqui), onde ocorreu a referida entrevista, a fim de determinar as condições de produção, mas percebemos que essa informação não nos é passada, pois há uma pausa e em seguida outra informação, plenamente aceitável na condição de fala: “Oh Lula, agora uma coisinha[...] primeira vez que eu tenho a satisfação de falar com você aqui na[...] E meu negócio é futebol[...].” (linha 6)

No entanto, numa outra leitura, nota-se que quando o enunciador (E2) pronuncia “E meu negócio é futebol[...].” (linha 7), encontra-se uma pista que levará a identificar quem é este enunciador (E2), um jornalista esportivo. Como analista do discurso, o segundo passo é buscar em qual meio de comunicação se passou a

referida entrevista. Verificou-se ter sido veiculada na Rádio Jovem Pan. A entrevista aconteceu em Tel Aviv, Israel, na tribuna de honra do estádio Ramat Ghan, no ano de 1993. Observe que Lula, até esse período, havia construído uma imagem de grande líder sindicalista, reconhecido não só aqui no Brasil, mas pelo mundo. Ele era convidado por vários líderes sindicais, políticos, intelectuais e trabalhadores de outros países com objetivo da troca de experiências.

Pode parecer primário explicitar todos esses passos, mas a idéia é exatamente mostrar a importância que tem a leitura do implícito, no texto escrito ou falado, como algumas marcas podem levar o analista a encontrar algumas respostas.

Em seguida, buscou-se identificar o tempo (o agora), que também não está explícito no texto: [...] “primeira vez que eu tenho a satisfação de falar com você [...] é a primeira vez que eu falo com você lado a lado”. (linha 7)

Quando é esta “primeira vez”? Numa busca pelas entrevistas realizadas pelo entrevistador Milton Neves (E2), mas agora já sabendo o local onde fora realizada a entrevista, foi possível detectar este dado: 1993.

A intenção em buscar estes dados foi, primeiramente, analisar a posição e pretensão de cada jornalista e determinar as condições de produção em que foi realizada cada entrevista. Milton Neves (E2) quer parecer desprezioso, mas é irônico, quando diz: “Oh Lula, agora uma coisinha[...] ” (linha 6), esse vocábulo ‘coisinha’ para um assunto tão sério, o *impeachment* de um presidente, não parece estranho? Na verdade, este discurso é tão pretensioso quanto o de Arnaldo Jabor (E1). A presença da polissemia e o jogo de palavras numa linguagem coloquial parecem querer confundir o ouvinte. O comentário de Arnaldo Jabor (E2) é entendido como articulado e com um propósito explícito, criticar a posição atual do

presidente Lula (E3) diante de uma candidatura à reeleição, mediante tantos escândalos. Já a entrevista de Milton Neves (E2), bastante informal, apresenta marcas de subjetividade quando utiliza os pronomes em primeira pessoa [...] “meu negócio é futebol[...]” (linha 7) “[...]] uma curiosidade que eu tenho[...]” (linha 9), mas também está implícito aí, a pergunta: “O povo brasileiro não te elegeu e agora?[...]”.

A resposta do enunciatário (E3) a esta pergunta está logo no fim de sua fala, quando se utilizando do pronome em primeira pessoa, expressa sua indignação, ao pedir para o povo brasileiro escolher candidatos que conheçam o passado político. A propósito sobre essa enunciação, lembraremos a formação do *eu* através de três categorias: o *eu-para-mim*, o *eu-para-os-outros*, e o *outro-para-mim*, conceituadas por Bakhtin (1978): “Mas de qualquer forma eu acho que foi uma grande lição que o povo brasileiro aprendeu e eu espero que o povo brasileiro em outras eleições escolha pessoas que eles conheçam o passado político.” (linha 24)

Neste exemplo o *eu-para-mim* pode ser percebido pelo uso do verbo no presente do indicativo *espero*, mas que tem a projeção de um futuro se analisado no contexto: “[...] que o povo brasileiro em outras eleições escolha pessoas que eles conheçam o passado político.” (linha 25)

Nesta fala temos um enunciador que realiza um fazer persuasivo, quando através de um conselho “despretensioso”, pois utiliza o verbo ‘esperar’, induz o povo brasileiro a escolher em outras eleições candidatos com idôneo passado político.

Foi citado anteriormente que Lula (E3), neste período, estava envolvido em muitos projetos, tais como: Diretas Já, luta pelos direitos humanos e conquista da cidadania, campanha nacional de combate à fome, entre outros. Então faz sentido

sua petição para o povo brasileiro em outras eleições procurar conhecer o passado político do candidato.

A presença do *eu-para-os-outros* é a entrevista na íntegra. Lula (E3), ao colocar o sentimento de pena num tom irônico (E3), provoca um contraste com o sentimento de raiva e indignação que sente o povo brasileiro naquele momento. É o não-dito, a palavra “pena”, além de outros significados, contém dois que nos interessam: o primeiro é o castigo ou punição imposta a alguém, o segundo é dor moral sentida por ver alguém sofrer. Este tom irônico é percebido porque a seguir o enunciador (E3) profere uma crítica para justificar as más ações no governo do adversário: “[...] me dá pena porque deve haver qualquer sintoma de debilidade no funcionamento do cérebro do Collor.” (linha 17). Portanto, o sentimento de pena não pode ser aqui entendido como dor moral sentida por ver alguém sofrer.

Viu-se, no segundo capítulo, que uma formação discursiva determina o sentido que as palavras devem produzir. Sentido este determinado pelas posições ideológicas, dentro de um processo sócio-histórico.

Sendo assim, e até para entender a análise da segunda entrevista, situou-se o enunciador/enunciatário, presidente do Partido dos Trabalhadores, Lula (E3), neste processo sócio-histórico e perceber que ideologia sustentava seu discurso naquele momento.

Nos enunciados:

[...] essa pessoa pudesse, pelo menos, conduzir o país senão a soluções definitivas, pelo menos indícios de soluções para os graves problemas que nós vivemos. Lamentavelmente a ganância, a vontade de roubar, a vontade de praticar a corrupção fez com que o Collor jogasse o sonho de milhões e milhões de brasileiros por terra. (linhas 19 – 24)

Ao colocar-se no lugar de brasileiros, assumido pelo uso do pronome na primeira pessoa do plural “nós” - vivemos os graves problemas – Lula (E3) coloca-se

íntimo do enunciatário (o povo), toma uma posição coletiva, é ao mesmo tempo seu porta-voz e participante da indignação. Há ainda sinal de “complacência” em relação ao adversário, pois utiliza a expressão “pelo menos” por duas vezes. Neste momento, ele se coloca como enunciatário (povo), que não esperava soluções definitivas, mas indícios de soluções para os graves problemas. Quer dizer, em outras palavras, este governo não fez nada.

Por outro lado, em outros momentos, refere-se ao presidente Collor, deixando transparecer certa intimidade quando usa o artigo definido masculino singular “[...] o Collor jogasse o sonho de milhões de brasileiros [...]” (linha 23) o que acontece também em outra frase da entrevista quando usa a combinação da preposição de com o artigo definido masculino o “[...] funcionamento de cérebro do Collor.” (linha 17).

Essa alternância no uso dos pronomes é que conduz o processo argumentativo, permitindo ao enunciador e co-enunciador (E3) projetar-se nos diversos papéis colocados acima: *eu-para-mim*, o *eu-para-os-outros*, e o *outro-para-mim*. Pois, quando Lula critica o governo de Collor, temos a presença do *eu-para-mim*, é o momento de prazer vivido pelo enunciador (E3) que amargava o sentimento de derrota sofrido na eleição para a presidência da república de 1990, vencida por Collor. Já quando o enunciador (E3) coloca-se no lugar dos brasileiros, dizendo que esperava de Collor se não soluções definitivas, pelo menos esforços para resolver os problemas mais graves, tem-se um enunciador falando para os outros (os eleitores), o que determina o *eu-para-os-outros*. O *outro-para-mim* fica nítido quando enunciador (E3) pede para o povo brasileiro aprender a lição e escolher pessoas de passado político conhecido.

As relações sociais entre enunciador e co-enunciador Lula (E3) e enunciatário (povo) são estabelecidas em dois momentos:

1. O primeiro apresenta um enunciador (E3) que é oriundo da classe trabalhadora e tem um passado marcado pela miséria. Portanto, pode-se colocar na referida entrevista como brasileiro que esperava pelo menos indícios de solução para os graves problemas vividos. Podemos dizer que este enunciador (E3) tem a competência necessária para se aproximar de seu enunciatário.
2. Já o segundo momento é caracterizado pelo homem público, ex-sindicalista (o mais popular e marcante até então) e atual presidente do Partido dos Trabalhadores, com objetivos claros, e envolvido em solucionar graves problemas sociais como citado anteriormente.

Nesta entrevista, a presença do *ethos* (Lula) é marcante em relação ao *antiethos* (Collor). A linguagem é permeada, quase que na sua totalidade, por atos ilocucionários, definido por Osakabe (1979) como: *descrição + ação + consequência*.

Como neste esquema:

Descrição	Ação	Consequência
o sentimento de pena que o enunciador (Lula) demonstra em relação ao adversário: “[...] eu tenho pena[...] como ser humano[...]”	o enunciador fala o que o seu adversário poderia fazer e não fez: “[...] um homem que tinha o respaldo... ao invés de construir um governo[...]”	a não realização do sonho de brasileiros: “[...] a corrupção fez com que o Collor jogasse o sonho de milhões e milhões de brasileiros por terra”

A ordem proposta por Osakabe (1979) na formulação do discurso político contempla os seguintes passos: primeiro, promoção; segundo, envolvimento e terceiro, engajamento. O enunciador Lula (E3), mesmo com o curto tempo de

entrevista, consegue atingir todos os passos propostos, ainda que contrariando a ordem, pois primeiro, ele *envolve* o enunciatário, quando se coloca como cidadão brasileiro e de forma subjetiva critica postura do então presidente:

Lula: Tenho, eu... não é que eu tenho pena... como ser humano eu acho “qui” uma pessoa que teve a oportunidade que aquele cidadão teve de fazer alguma coisa de bem para o Brasil, um homem que tinha respaldo da grande maioria do povo brasileiro, ou seja, “iii” ao invés de construir um governo construiu uma quadrilha como ele construiu, me dá pena porque deve haver qualquer sintoma de debilidade no funcionamento do cérebro do Collor. (linhas 12 – 18)

Em seguida, ocorre o engajamento por parte do enunciador:

Efetivamente eu fico com pena porque eu acho que o povo brasileiro esperava que essa pessoa pudesse, pelo menos, conduzir o país senão a soluções definitivas, pelo menos indícios de soluções para os graves problemas que nós vivemos. Lamentavelmente a ganância, a vontade de roubar, a vontade de praticar a corrupção fez com que o Collor jogasse o sonho de milhões e milhões de brasileiros por terra. (linhas 18 – 26)

E, no último parágrafo, é nítida a forma de promover-se: “Mas de qualquer forma eu acho que foi uma grande lição que o povo brasileiro aprendeu e eu espero que o povo brasileiro em outras eleições escolha pessoas que eles conheçam o passado político.” (linhas 24 -26).

3.4 A SEGUNDA ENTREVISTA

Entrevista de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição para o cargo à Presidência da República, em 10/08/2006, pelos jornalistas William Bonner e Fátima Bernardes.

ENTREVISTA DE LULA PARA O JORNAL NACIONAL

Linha 1 - William Bonner (Enunciador 1): Boa noite, candidato.

Linha 2 - Lula (Enunciador 3): Boa noite William.

Linha 3 - William Bonner: Candidato, o ministério público denunciou o que ele chamou de uma quadrilha de 40 integrantes que teria como núcleo central, nas palavras do procurador, o seu ex-ministro, chefe da casa civil, José Dirceu e Dirigentes do PT: José Genoíno, Silvio Pereira, Delúbio Soares.

Segundo a denúncia, eu vou ler aqui um trechinho:

“...os objetivos deles, desse núcleo, eram: desviar recursos de órgãos públicos e de estatais para pagar dívidas do PT, antigas, e novas despesas, tanto da campanha do PT quanto de partidos aliados e ainda, segundo o procurador, o objetivo deles era garantir que o PT continuasse no poder, comprando o apoio de outros partidos, numa referência ao mensalão.”

Candidato, diante de uma acusação tão dura quanto esta, que parte de um órgão, politicamente independente, como é que fica a questão ética? Uma bandeira, um carro chefe das suas campanhas eleitorais?

Linha 18 - Lula: O órgão independente onde o procurador geral foi escolhido por mim, sem que sequer o conhecesse, uma demonstração de que o combate à ética significa você permitir que as instituições façam as investigações que possam e precisam fazer. E você sabe perfeitamente bem que no nosso governo, a polícia federal, a controladoria geral da união têm trabalhado de forma excepcional para desvendar toda e qualquer denúncia. Obviamente que eu lamento profundamente que companheiros tenham feito coisas que ainda vão ser julgadas porque a última instância é o supremo federal, mas nós facilitamos que tudo fosse investigado, afastamos todas as pessoas que estavam na alçada do presidente da república, o que eu posso fazer, facilitamos o trabalho de todas as CPI's. Eu duvido que alguém encontre um deputado que eu procurei pra conversar sobre CPI. Assim feito seu relatório mandou para ministério público, ministério público analisou, pediu indiciamento das pessoas, [...]

Linha 32 - Interrupção do jornalista William: O senhor...

Linha 33 - Lula: ...agora vão ser julgados.

Linha 34 - Nova interrupção do jornalista: Sim... tá certo, tá certo.

Linha 35 - William Bonner: Sim, ainda não chegaram a uma conclusão.

Linha 36 - Lula: Isso, isso, não chegaram a conclusão. E isso não macula o PT. Isso pode macular algumas pessoas do partido.

Linha 38 - William Bonner: Candidato, na denúncia oferecida pelo procurador geral, ele faz referência ao ministro do governo Lula, e além de integrantes do PT. Mais do que isso, nós sabemos também que um procurador geral da república só oferece denúncia quando ele está plenamente convencido da culpa de quem ele acusa.

Aí então a pergunta que cabe numa situação como essa é a seguinte:

- O senhor tem dúvidas sobre a idoneidade ou sobre a competência do procurador geral da república, que como o senhor mesmo disse, foi o senhor que o nomeou?

Linha 47 - Lula: Bom, se eu tivesse, eu não tinha indicado. Segundo, o procurador da república, no meu governo, indicia. Porque em outros governos, engavetava.

No meu governo, o procurador sabe perfeitamente bem, que foi um discurso, William, que eu fiz na posse dele, de que jamais, durante o meu mandato e o mandato dele, haveria qualquer interferência do poder executivo para interceder no ministério público. É com esse grau de liberdade que eu quero que ele funcione e é com o grau de liberdade, respeitando o estado de direito, que eu quero que as pessoas que foram indicadas por ele, vá até o Supremo Tribunal Federal e prove se são ou não inocentes.

Linha 58 - Fátima Bernardes (Enunciador 2): Candidato, durante todo esse tempo o senhor disse que não tinha conhecimento dessas irregularidades, duas questões então:

- Se o senhor insiste nesta declaração, que garantias o senhor pode oferecer ao eleitor de que o senhor não pode ser surpreendido novamente, no caso de um futuro mandato por irregularidades cometidas por colaboradores seus?

Linha 65 - Lula: Ah posso, deixa eu lhe dizer uma coisa, com muita tranquilidade, Fátima, ah, primeiro, eu tenho responsabilidade por qualquer erro que

qualquer funcionário público brasileiro cometer no Brasil. São mais de um milhão e duzentos. Eu sou o presidente da república, se eles comete um erro, direta ou indiretamente, eu tenho responsabilidade de agir. Quando eu fico sabendo eu puno afastando, faço sindicância e as pessoas então, são investigadas de acordo com a lei. E um ministro não tá fora disso e um outro funcionário. Nós temos prendido gente da polícia federal. Nós temos prendido...

Linha 74 - Fátima Bernardes: Candidato, o senhor também errou nestes casos destas denúncias, o senhor também teria errado. O que o senhor poderia fazer diferente no caso de um novo mandato?

Linha 77 - Lula: Eu só poderia fazer diferente, se eu soubesse antes. Eu soube depois que aconteceu. Porque um dado concreto, oh Fátima, é que muitas vezes, ou por má fé, ou quem sabe até por questão de viver numa guerra política, as pessoas ousam dizer o seguinte:

- *“Olha, mas o presidente deveria saber de tudo.”*

Ora, vamos ser franco e vamos ser honesto entre nós.

Tá cheio de famílias que tem problema dentro de casa e a família não sabe. Tá cheio de pai e mãe que ficam sabendo que o seu filho cometeu um delito pela imprensa ou quando a polícia prende. Como é que pode alguém querer que o presidente da república, embora tenha que assumir responsabilidade por todos atos, saiba o que está acontecendo agora na Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo ligado (a Secretaria, o Secretário) Ministério da Agricultura?

Linha 90 - Interrupção da jornalista: Mas, presidente...

Linha 91 -Lula: Como pode, eu saber agora o que está acontecendo com os ministros que não estão aqui?

Linha 93 - Fátima Bernardes: Mas presidente, comparar com uma mãe zelosa, apaixonada, cega de amor, o senhor acha que o eleitor espera do senhor esse comportamento ou o comportamento de alguém que possa administrar e organizar, coordenar o governo?

Linha 97 - Lula: Veja isso não é administração. Administração você administra fazendo o que nós estamos fazendo. Primeiro fazendo sindicância, mandando prender. Nunca foi preso tanta gente nesse país e de crimes que começaram em 85, 80, 90

são quadrilhas históricas no governo que estavam embaixo do tapete e que nós resolvemos colocar os organismos públicos para funcionar. E a polícia federal tem trabalhado de forma excepcional. O Ministério Público tem trabalhado com a maior invenção possível. E a Controladoria geral da união que é uma coisa criada por nós, com ministro indicado por mim, tem feito praticamente todos os relatórios de todas as denúncias.

Linha 106 - Interrupção do jornalista: Agora candidato, só uma observação...

Linha 108 - Lula: Porque nós não queremos esconder absolutamente nada.

Linha 110 - William Bonner: Ao caso específico do mensalão, esse... esse escândalo de corrupção, na verdade, o governo não denunciou nada, a denúncia partiu lá, depois daquele escândalo dos correios e mais tarde com as revelações, as denúncias do ex-deputado Roberto Jefferson, mas a pergunta que eu queria fazer ao senhor diz respeito à traição. O senhor disse a todos os brasileiros, nesse caso que, foi traído, mas até hoje não disse quem foi que traiu o senhor, não deu o nome dos traidores. Num outro momento, por outro lado, o senhor manifestou solidariedade abertamente a ex-deputados petistas e a ex-ministros seus. Antes de se tornar presidente, a memória que o Brasil tem é... candidato, era de alguém que veemente cobrava punição para quem quer que aparecesse diante de uma câmera de televisão suspeito de alguma coisa, mesmo que as culpas não tivessem sido provadas ainda. O que fez o senhor mudar tanto de comportamento?

Linha 124 - Lula: Primeiro... primeiro você deve tá falando de outra pessoa, eu nunca pedi para que ninguém fosse condenado antes de se provar sua culpa.

Linha 127 - Interrupção de William Bonner: Ah não, não...

Linha 128 - Lula: Até porque eu afastei todos, todos que estavam dentro do governo federal foram afastados, todos sem distinção. Todos funcionários públicos seja de primeiro ou segundo.

Linha 131 - Nova interrupção do jornalista: O senhor afastou o ex-ministro da casa civil?

Linha 133 - Lula: Foi afastado.

Linha 134 - Nova interrupção: O senhor Wilson?

Linha 135 - Lula: Foi afastado, eu afastei José Dirceu, afastei o Palocci, afastei outros funcionários que estavam envolvidos e vou continuar afastando. Agora quando se trata de punir... Punir significa você respeitar o estado de direito. Eu quero pra todo mundo o que eu quero pra mim, o direito de provar que eu sou inocente e o meu acusador provar que eu sou culpado. Um governo não acusa, um governo age. Um governo não sai para imprensa dizendo:

“Olha, tal pessoa cometeu um erro, não, o governo pune e afasta e abre sindicância.” E os órgãos do poder judiciário e da polícia federal é que vão investigar e isso é a única forma de nós continuarmos combatendo a corrupção e a malversação do patrimônio público deste país.

Linha 146 - Fátima Bernardes: Antes de a gente mudar então de assunto... O seu amigo Paulo Okamoto disse que teria pago uma dívida do senhor de trinta mil reais, uma dívida que o senhor nem reconhece. Pelas suas declarações, entregues à justiça federal (engano da apresentadora) eleitoral, o senhor poderia até ter pago esta dívida. Por que o senhor então fez ele arcar com esse prejuízo?

Linha 152 - Lula: Primeiro porque ele admite que cometeu um erro de não ter descontado na minha indenização quando eu me afastei do PT. Segundo eu não devo ao PT, portanto, eu não deveria pagar. O que eu disse é o seguinte: *“quer pagar? se paga, porque eu não vou pagar porque não devo ao PT.”*

Linha 157 - Fátima Bernardes: Mas o fato dele e de aliados dele terem tentado tanto bloquear “àquela” de sigilo, não pode levar o eleitor a pensar que havia algo a esconder, presidente?

Linha 160 - Lula: É um direito dele não querer quebrar o sigilo dele, é um direito de qualquer cidadão. Amanhã isso pode estar acontecendo com você, pode estar acontecendo comigo, pode estar acontecendo com o William e nós vamos utilizar todos os mecanismos que o direito nos dá para que nós possamos nos defender.

Linha 165 -William Bonner: Ainda que fosse uma questão delicada que indiretamente envolvesse o nome do presidente?

Linha 166 - Lula: Ainda que alguém pudesse imaginar que nesse país um presidente da república, sabe, se entendesse, que tivesse qualquer culpa, ficaria muito mais barato ter pago uns 29, 28, 27 mil reais. E eu continuo dizendo, quero aproveitar a tua pergunta para falar o seguinte, olha... *“Não devo, não tomei emprestado e por isso não paguei.”*

Linha 171 - William Bonner: Oh presidente, vamos falar um pouquinho de segurança pública. Antes do senhor assumir a presidência, quando candidato, o senhor repetia: *“O Brasil não produz cocaína. Para a gente combater o tráfico de cocaína, tráfico de armas tem que fechar as fronteiras, tem que reforçar a polícia federal, um trabalho da polícia federal nas fronteiras, nos postos, nos aeroportos do Brasil.”* Há quatro anos o senhor é o comandante maior da polícia federal brasileira, no entanto, o que se percebe hoje, é que o tráfico aterroriza ainda mais a população brasileira. Onde o senhor errou?

Linha 180 - Lula: Bom, eu penso que nós precisamos, William, conversar esse assunto com a maior seriedade. Em 1º lugar o Brasil tem praticamente 17 milhões de quilômetros de fronteira, não é dezessete metros, são dezessete milhões. Sete mil setecentos e sessenta de costa marítima e quase nove milhões de fronteiras secas. Se você tivesse um exército de três milhões de soldados ou a polícia federal com quatro milhões, ainda assim, você não controlaria toda a nossa fronteira.

Linha 187 - William Bonner: Mas o senhor como deputado parecia desenhar um quadro mais fácil?

Linha 189 - Lula: Mas a polícia federal está desbaratando quadrilhas e prendendo quadrilhas vinculadas ao narcotráfico como jamais foi preso nesse país, como jamais foi preso nesse país. Quando terminar a entrevista eu vou entregar para você um relatório de um trabalho que a polícia federal fez...

Linha 194 - Interrupção do jornalista:não, ...

Linha 195 - Lula continua a fala: para você perceber o seguinte, que quando sai a notícia que a polícia desbaratou uma quadrilha, mas não diz desde quando funcionava esta quadrilha. Dá a impressão de que aconteceu ontem, não, acontecem há muito tempo e nós estamos não apenas investindo de forma excepcional na inteligência da polícia federal como tamos investindo em criar condições para que ela possa trabalhar.

Linha 201 - Fátima Bernardes: O senhor tem trinta segundos para encerrar. Se o senhor se reeleger o que o senhor considera que terá cumprido a sua meta se o senhor tiver feito?

Linha 204 - Lula: Veja, eu pretendo continuar dando seqüência ao que estamos fazendo, que o Brasil viva o seu melhor momento econômico, o Brasil cresce em emprego, cresce a economia, cresce as exportações, a única coisa que cai é o salário, é a inflação e os juros que estão caindo, o resto, os trabalhadores tiveram aumento de salário, os aposentados tiveram aumento de salário. E o nosso tempo acabou...

3.5 ANÁLISE DA SEGUNDA ENTREVISTA

A análise desta entrevista inicia-se identificando seu enunciador/locutor e seu enunciatário/interlocutor. Este último será intitulado enunciador e co-enunciador, conforme Maingueneau.

A entrevista conta com a presença de dois enunciadores: William Bonner (E1) e Fátima Bernardes (E2) e com um enunciatário e co-enunciador, Luiz Inácio Lula da Silva (E3). Por que enunciatário e co-enunciador ao mesmo tempo, se até agora viu-se que a interlocução entre indivíduos acontece quando ocorre o dialogismo, que entende a interação dos sujeitos do discurso? Porque, neste caso, ao mesmo tempo em que responde às perguntas dos jornalistas, portanto atuando como enunciatário, Lula é também o enunciador do discurso, pois estará falando ou melhor, esclarecendo dúvidas do eleitor ou enunciatário, a quem o candidato e presidente se dirige.

A superfície discursiva, nesta entrevista específica, é formada por um conjunto de enunciados que pertencem a uma mesma formação discursiva. O

candidato à reeleição faz uso de uma linguagem persuasiva porque tem a intenção de convencer seus eleitores de seu desconhecimento dos fatos de corrupção e tráfico de influências ocorridas em seu governo, envolvendo ministros e partidários do Partido dos Trabalhadores, partido este também do candidato entrevistado. No entanto, a presença da interdiscursividade poderá ser percebida nesta entrevista por enunciatários (eleitores) que acompanham a trajetória deste candidato. E o que permite entender esta interdiscursividade é o acionamento da memória discursiva do eleitor.

Ainda que esse eleitor não tivesse ouvido a entrevista dada por Lula a Milton Neves, em 1993, na Rádio Jovem Pan, mas a ouvisse agora, em 2006, pela primeira vez, num outro contexto, como foi feito pela Rádio CBN de Notícias, este eleitor teria sua memória acionada para perceber algumas contradições na fala deste político. São os domínios de memória considerados por Brandão (2004) aqui presentes.

Uma única palavra serviria para acionar a memória do ouvinte “quadrilha”, termo utilizado pelo nosso locutor quando teve que responder à pergunta do jornalista Milton Neves. E é exatamente assim que começa esta segunda entrevista:

- Candidato, o ministério público denunciou o que ele chamou de uma quadrilha de 40 integrantes que teria como núcleo central, nas palavras do procurador, o seu ex-ministro, chefe da casa civil, José Dirceu e Dirigentes do PT: José Genoíno, Silvio Pereira, Delúbio Soares. (linha 38)

Agora, veja como esse mesmo enunciador e co-enunciador se pronunciou em 1993: “[...] ao invés de construir um governo construiu uma quadrilha como ele construiu, me dá pena porque deve haver qualquer sintoma de debilidade no funcionamento do cérebro do Collor”.

Na lógica, o que se entende, é que cada governo escolhe, para constituir seu ministério, homens de sua confiança e não uma quadrilha. Portanto, tanto num caso como no outro, ambos são considerados responsáveis, na perspectiva dos

jornalistas. Quando Arnaldo Jabor colocou no ar uma entrevista de 13 anos atrás num outro contexto histórico, não imaginou o impacto que causaria nos eleitores, pois este comentário teve grande repercussão na mídia. E desta forma, a entrevista de Milton Neves tornou-se recente, e que induz a citar Orlandi (2005), quando, para conceituar as Condições de Produção e Interdiscurso, utiliza-se do exemplo de uma faixa negra colocada em uma universidade e propõe, através de dispositivo teórico, entender o processo discursivo, contextualizando-o àquele momento.

Recorre-se ao exemplo da autora, pois estas colocações são pertinentes para ajudar a entender o enunciado das entrevistas. A retomada da primeira entrevista permitirá chegar onde se quer com análise da segunda, uma vez que alguns fatos passados caem no esquecimento do eleitor. Assim, esses fatos passados, retomados num outro contexto, como na segunda entrevista, acionam a memória discursiva do ouvinte.

Depois de citar um trecho da denúncia feita pelo Ministério Público, o jornalista William Bonner (E1), formula a pergunta inicial: “Candidato, diante de uma acusação tão dura quanto esta, que parte de um órgão, politicamente independente, como é que fica a questão ética? Uma bandeira, um carro chefe das suas campanhas eleitorais?” (linha 15)

E é exatamente neste momento que se percebe a interdiscursividade presente, recorrendo à memória-do-dizer, pois a posição de indignação do candidato Lula em relação ao impeachment de Fernando Collor ficou registrada na memória dos eleitores. O processo de re-significação que teve origem em 1993 não se perdeu com o tempo, foi preservado na memória do povo.

Na primeira entrevista nosso enunciador faz uma crítica, usando o vocábulo “quadrilha” e chama a atenção do povo brasileiro para que escolham pessoas das

quais conheçam o passado político. A imagem que o povo tinha deste enunciador e de seu partido resume-se em uma só palavra: “ética”. E o jornalista articulou muito bem a pergunta. De fato, a bandeira, o carro chefe das campanhas do Partido dos Trabalhadores nas campanhas eleitorais sempre foi a questão ética.

Afinal, o povo brasileiro elegeu o referido candidato porque estava cansado das corrupções e já não acreditava em homens letrados para assumir o poder.

As entrevistas foram transcritas, mas ao ouvi-las, percebe-se que há na primeira um tom de ironia na fala do jornalista (Milton Neves) e um tom de indignação do entrevistado (Lula), o que não acontece na segunda, em que temos um enunciador e co-enunciador (E3) nervoso e evasivo nas respostas.

Na oportunidade que trouxe a pesquisa, ao acessar o site do senado, pôde-se encontrar na página de publicações eletrônicas um comentário que chamou bastante a atenção e pareceu pertinente citá-lo aqui, a do Senador da República, Antero Paes de Barros - PSDB (MT) que publicou em 18/03/2005: “Qual o Lula verdadeiro e qual o Lula personagem?”

Neste artigo, o Senador faz um breve resumo da vida pessoal e política de Lula, demonstrando a grande admiração que nutria pelo homem e político Luiz Inácio Lula da Silva antes de assumir a presidência, e a decepção que agora sente diante da nova postura assumida pelo então político. Questiona sobre a ideologia que moveu a vida deste homem:

Este é o Lula que o Brasil conheceu e que eu também julgava conhecer. O Lula consagrado em todas as camadas da sociedade, que fez uma campanha eleitoral emocionante. Este era o Lula que o Brasil achava que conhecia. E aí veio o Lula Presidente da República. O Lula presidente é muito diferente do Lula que o Brasil achava que conhecia. Em qual dos Lula a gente deve acreditar? Confesso, meus amigos. Eu não sei mais quem é o personagem e quem é o homem Luiz Inácio Lula da Silva. (Disponível em: <http://senado.gov.br>. Acesso em: janeiro/2007).

Este comentário foi apresentado porque se questiona a ética como parte da ideologia compartilhada entre alguns políticos, como este citado. Entretanto, não se pode ser ingênuos a ponto de não acreditar que todo o veículo de comunicação é ideológico. Pode-se avaliar rapidamente que público detém a Rádio Jovem Pan (seção esportes), a Rádio CBN de Notícias e ainda o Jornal Nacional da rede Globo de Televisão. Este trabalho não se aprofundará nesta questão, mas tem-se em mente que o público que assiste a um comentário futebolístico é na maior parte masculino, já o público que ouve a Rádio CBN é elitizado, cabendo aos telespectadores do Jornal da Rede Globo um público mais heterogêneo: masculino, feminino, de pessoas mais maduras e de várias classes sociais.

Percebe-se a diferença de cada entrevista através do processo argumentativo. O emprego do vocabulário na primeira entrevista é bem informal, tanto da parte de enunciador (E-1) quanto da parte do enunciador e co-enunciador (E3) parece apresentar um discurso despretensioso que acaba sendo irônico. No entanto, há implícito um discurso articulado por parte do enunciador e co-enunciador (Lula) que tem a intenção de promover-se frente ao impeachment de Collor. Já o vocabulário utilizado na segunda entrevista é formal pela postura e a própria articulação dos entrevistadores (E1/E2). O enunciador e co-enunciador (E3) também se esforça para utilizar a língua padrão, mas acaba incorrendo em muitos erros, justificados pela sua baixa escolaridade, da qual ele se gloria em muitos momentos.

A primeira entrevista, a de Milton Neves, apresenta um nível informal porque o lugar em que se processa é um campo de futebol. E o nível formal da segunda entrevista justifica-se exatamente porque foi veiculada no horário considerado nobre da televisão brasileira, o Jornal Nacional, exibido às 20h, em que se veiculam também as novelas com maior índice de audiência, esperadas pelos telespectadores

com diferentes níveis de escolaridade que, conseqüentemente, querendo ou não, assistem ao Jornal Nacional.

O propósito destas informações é mostrar que cada uma dessas entrevistas veiculadas nos meios de comunicação exige do sujeito ouvinte um posicionamento sócio-histórico e ideológico. E que só fará sentido e trará mudanças para o indivíduo e conseqüentemente para o país se este sujeito souber interpretá-las percebendo o que está implícito em cada pergunta e resposta, como será visto a seguir.

Respondendo à pergunta do jornalista o enunciador e co-enunciador (E3) comete outro deslize que será retomado adiante pelo jornalista:

O órgão independente onde o procurador geral foi escolhido por mim, sem que sequer o conhecesse, uma demonstração de que o combate à ética significa você permitir que as instituições façam as investigações que possam e precisam fazer. (linha 18)

O procurador foi escolhido por ele (Lula) sem que sequer ele o conhecesse? Como se escolhe alguém que não se conhece? O ato de escolher, conforme dicionário significa:

Escolher

•verbo

transitivo direto

- 1** manifestar preferência por (alguém ou algo)

Ex.: escolheu o campo para viver

transitivo indireto e bitransitivo

- 2** fazer opção entre (duas ou mais pessoas ou coisas)

Ex.: <e. entre duas alternativas> <entre as duas, escolheu a mais alta>

transitivo direto

- 3** selecionar, separar o bom do ruim; aproveitar (aquilo) que apresenta maior qualidade

Ex.: era perito em e. os melhores grãos

transitivo direto

- 4** marcar, assinalar

Ex.: correu o dedo no mapa e escolheu o lugar para passar a noite

(HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2001.)

E entende-se que, para ocorrer à seleção, alguns critérios devem ser estabelecidos para definir-se a escolha. O candidato atribui o ato da escolha a uma demonstração de combate à ética. Que ética?

À ética se atribui um princípio de conduta moral de pessoa, grupo, religião, etc. Para que este princípio fosse atingido nesta escolha, seria necessário, no mínimo, que este enunciador (E3) tivesse referências deste procurador. E parece que este não foi o fio condutor de sua escolha, pois Lula escolheu o procurador sem sequer conhecê-lo. Sua resposta também não ficou clara para o telespectador, pois, não se entende se a escolha do procurador escolhido e desconhecido foi uma demonstração de combate à ética, ou o combate à ética significa permitir que instituições façam investigações. O vocábulo *combate* gerou ambigüidade na sua resposta. Vimos que o marketing de sua campanha política à presidência e do Partido dos Trabalhadores consistia exatamente em prezar pelo princípio da ética. No decorrer da entrevista o entrevistado cairá numa outra contradição em relação ao mesmo assunto, pois ao dizer que não se chegou a uma conclusão em relação aos envolvidos tem como devolutiva a seguinte pergunta:

Candidato, na denúncia oferecida pelo procurador geral, ele faz referência ao ministro do governo Lula, e além de integrantes do PT. Mais do que isso, nós sabemos também que um procurador geral da república só oferece denúncia quando ele está plenamente convencido da culpa de quem ele acusa.

Aí então a pergunta que cabe numa situação como essa é a seguinte:

- O senhor tem dúvidas sobre a idoneidade ou sobre a competência do procurador geral da república, que como o senhor mesmo disse, foi o senhor que o nomeou? (linha 38)

Se um procurador geral da república só oferece denúncia quando está plenamente convencido da culpa de quem ele acusa, a frase anterior do entrevistado denuncia a sua desconfiança em relação à denúncia oferecida aos parceiros, e ao

ser questionado sobre se acredita ou não na idoneidade e competência do procurador da república, responde:

Bom, se eu tivesse, eu não tinha indicado. Segundo, o procurador da república, no meu governo, indicia. Porque em outros governos, engavetava.

No meu governo, o procurador sabe perfeitamente bem, que foi um discurso, William, que eu fiz na posse dele, de que jamais, durante o meu mandato e o mandato dele, haveria qualquer interferência do poder executivo para interceder no ministério público. É com esse grau de liberdade que eu quero que ele funcione e é com o grau de liberdade, respeitando o estado de direito, que eu quero que as pessoas que foram indiciadas por ele, vá até o Supremo Tribunal Federal e prove se são ou não inocentes. (linha 47)

O enunciador e co-enunciador não perde a oportunidade de falar mal de outros governos. Suas respostas são evasivas e contraditórias. A interlocução não ocorre de forma clara. A relação de força e poder é nítida com a utilização de alguns pronomes possessivos e o uso enfático do verbo querer: “no meu governo”, “durante o meu mandato”, “esse é o grau de liberdade que eu quero”. O entrevistado procura responder às perguntas, promovendo-se, o que é postura do político em geral. Desta forma, fazendo uso de um discurso pré-construído conforme Brandão (2004).

O sujeito aqui, Lula, interpelado pela ideologia que o moveu para chegar ao poder, tem a ilusão de que é ele a fonte do que fala e faz. No entanto, viu-se no primeiro capítulo que conta a sua trajetória, que várias situações e pessoas, de condição social-econômica e cultural, influenciaram seu modo de pensar, ocorrendo dessa forma um assujeitamento. O próprio partido fundado por ele e seus companheiros, o Partido dos Trabalhadores, nasce em meio a um período conturbado, quando a organização popular era sinônimo de “desobediência civil”. Um trecho da fala de José Dirceu extraída do vídeo “PT, passado e presente”, resume o que estamos argumentando:

O PT surge como o primeiro partido no Brasil com origem, depois do PCB na década de 20, num forte, amplo e nacional movimento social, por isso que é um partido marcado pela luta social e surge como uma resposta à

burocratização e à elitização dos partidos de esquerda, dos partidos comunistas. Surge um partido democrático, pluralista, de base. (PT, passado e presente. (Roteiro do vídeo de formação, produzido por Luciana Rodrigues). São Paulo, Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo, 2001).

José Dirceu era ou é considerado o braço direito do então enunciatário/entrevistado/presidente e, como vimos, ele (Lula) mostra-se tão marcado pela ideologia de sua trajetória política, na qual participaram muitos dos seus “companheiros”, que mesmo presenciando o que chama de traição, ainda acredita que eles possam ser inocentes. Pois, quando fala da idoneidade do procurador geral da república e do estado de direito, manifesta o que estamos dizendo: “[...] eu quero que as pessoas que foram indiciadas por ele, vá até o Supremo Tribunal Federal e prove se são ou não inocentes.”

Na seqüência da entrevista o enunciatário (E1) coloca novamente em questão a denúncia feita pelo procurador geral da república ao lhe ser perguntado:

Ao caso específico do mensalão, esse... esse escândalo de corrupção, na verdade, o governo não denunciou nada, a denúncia partiu lá, depois daquele escândalo dos correios e mais tarde com as revelações, as denúncias do ex-deputado Roberto Jefferson, mas a pergunta que eu queria fazer ao senhor diz respeito à traição. O senhor disse a todos os brasileiros, nesse caso que, foi traído, mas até hoje não disse quem foi que traiu o senhor, não deu o nome dos traidores. Num outro momento, por outro lado, o senhor manifestou solidariedade abertamente a ex-deputados petistas e a ex-ministros seus. Antes de se tornar presidente, a memória que o Brasil tem é... candidato, era de alguém que veemente cobrava punição para quem quer que aparecesse diante de uma câmera de televisão suspeito de alguma coisa, mesmo que as culpas não tivessem sido provadas ainda. O que fez o senhor mudar tanto de comportamento?

O não-dito, conforme Orlandi (2005), e que neste período foi marcado pelo silêncio do enunciatário, o deixou numa condição de mártir. Pois se mostrava indignado com a traição que sofrera, sem sequer dizer os nomes dos traidores. No entanto, o já-dito permitiu ao enunciatário/entrevistado (E1) formular esta pergunta referindo-se a uma manifestação do enunciatário/entrevistado (E3), quando

manifestou solidariedade abertamente aos companheiros nos meios de comunicação. Esta manifestação de solidariedade não parece ser a mesma que este sujeito/enunciário (E3) manifestou quando disse ter pena do Collor. No entanto, ao manifestar este sentimento de solidariedade em relação aos companheiros, este sujeito (Lula) deixa de assumir o papel de enunciário e passa a assumir o papel de enunciador do discurso, pois quer despertar também este sentimento de relevância no ouvinte/telespectador. Ao que chamaremos de Formação Imaginária e que aqui se deu com o recurso da antecipação, Orlandi (2005).

O enunciador/entrevistador (E1) questiona a posição deste sujeito/enunciário (E3) que antes de assumir a presidência da república apresentava um comportamento de alguém que clamava por justiça, alegando ser esta a memória que o povo brasileiro tem dele. A memória que o ouvinte/telespectador tem do entrevistado/enunciário (E3) o fará contextualizar esta declaração. Nos discursos proferidos pelo então enunciário/entrevistado (E3), antes de ocupar o cargo de presidente da república, o ouvimos sempre, em nome da “ética”, criticar e pedir que se abrisse CPI’s para apuração de qualquer suposição de irregularidade.

Diante destes fatos, percebemos que este enunciário/entrevistado (E3) não está convicto, parecendo não levar a sério as denúncias oferecidas pelo procurador. Se um sujeito baseia-se na questão ética para posicionar-se sobre qualquer assunto e diz que o procurador geral da república tem total liberdade para atuar, qual a intenção do enunciador em demonstrar sentimento de solidariedade aos envolvidos em esquemas de corrupção?

A próxima pergunta é feita por outro enunciador, a jornalista Fátima Bernardes (E2), que irá mencionar o desconhecimento alegado pelo enunciatário/co-enunciador (E3) em relação às “irregularidades”, o uso de um eufemismo aqui parece dar um tom delicado ao que poderia ser chamado deliberadamente “corrupção”. Mas a sutileza logo se desfaz quando a jornalista completa o enunciado:

Candidato, durante todo esse tempo o senhor disse que não tinha conhecimento dessas irregularidades, duas questões então:

- Se o senhor insiste nesta declaração, que garantias o senhor pode oferecer ao eleitor de que o senhor não pode ser surpreendido novamente, no caso de um futuro mandato por irregularidades cometidas por colaboradores seus?

Numa tentativa de resposta, o enunciador e co-enunciador (E3) formula um enunciado em que revela novamente um tom de autoridade explícita, com o uso do pronome pessoal em primeira pessoa *eu*:

Ah posso, deixa eu lhe dizer uma coisa, com muita tranquilidade, Fátima, ah, primeiro, eu tenho responsabilidade por qualquer erro que qualquer funcionário público brasileiro cometer no Brasil. São mais de um milhão e duzentos. Eu sou o presidente da república, se eles comete um erro, direta ou indiretamente, eu tenho responsabilidade de agir. Quando eu fico sabendo eu puno afastando, faço sindicância e as pessoas então, são investigadas de acordo com a lei. E um ministro não tá fora disso e um outro funcionário. Nós temos prendido gente da polícia federal. Nós temos prendido...

Ora, se esse sujeito/enunciatário (E3) se sente responsável e na obrigação de tomar providências em relação a qualquer funcionário público que cometa um erro, não deveria se sentir indignado ao saber da traição por seus colaboradores, ao invés de manifestar solidariedade?

Não faltaram paráfrases nos meios de comunicação de massa, nesse mesmo período, que traziam: “Lula-lá e os 40 ladrões”.

Explicitou-se acima que o enunciatário/co-enunciador (E3) utiliza o pronome em primeira pessoa estabelecendo uma relação de força que nos lembra a de um

ditador: “[...] eu tenho responsabilidade[...]”, “Eu sou o presidente da república[...]”, “[...] eu puno afastando, faço sindicância[...] ” Mas, no final resolve dividir as responsabilidades quando utiliza o pronome na 1ª pessoa do plural: “*Nós temos prendido gente da polícia federal.*” O sentido aí tem o intuito de levar o ouvinte a um sentimento de admiração, pois se são presas pessoas ligadas ao órgão de máxima confiança da população, por se tratar de um organismo de investigação, não ficará impune qualquer outro funcionário, como ele diz. No entanto, o mesmo enunciado poderá trazer um outro sentido que não o intencionado para o ouvinte, o de descrédito, de caos, de insegurança. Em quem acreditar?

A resposta do enunciatário e co-enunciador (E 3) à resposta da jornalista implicou numa enunciação por parte dela, que o deixou bastante irritado, provocando-o a lhe dar uma devolutiva às avessas: “Candidato, o senhor também errou nestes casos destas denúncias, o senhor também teria errado. O que o senhor poderia fazer diferente no caso de um novo mandato?”

A resposta do candidato que não aceitou a critica, pois, lembremos, ele está sendo entrevistado em face da possibilidade de um novo mandato, foi a seguinte:

Eu só poderia fazer diferente, se eu soubesse antes. Eu soube depois que aconteceu. Porque um dado concreto, oh Fátima, é que muitas vezes, ou por má fé, ou quem sabe até por questão de viver numa guerra política, as pessoas ousam dizer o seguinte:

- “Olha, mas o presidente deveria saber de tudo.”

Ora, vamos ser franco e vamos ser honesto entre nós.

Tá cheio de famílias que tem problema dentro de casa e a família não sabe. Tá cheio de pai e mãe que ficam sabendo que o seu filho cometeu um delito pela imprensa ou quando a polícia prende. Como é que pode alguém querer que o presidente da república, embora tenha que assumir responsabilidade por todos atos, saiba o que está acontecendo agora na Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo ligado (a Secretaria, o Secretário) Ministério da Agricultura?

Nota-se desde o início da entrevista que o enunciatário e co-enunciador (E3) procura esquivar-se de responder às perguntas, procurando apresentar um viés

ideológico. E ao comparar a administração de um país a uma casa de família, partindo de uma premissa menor para uma maior, tem a intenção de aproximar-se do público ouvinte. O argumento utilizado pelo enunciatário tem um tom apelativo. A idéia é fazer o ouvinte acompanhar o seu raciocínio, e desta forma, persuadi-lo a acreditar na impossibilidade de uma fiscalização, resultando numa boa administração.

No entanto, o enunciador, a jornalista Fátima Bernardes, o surpreende com uma retaliação à sua resposta:

Mas presidente, comparar com uma mãe zelosa, apaixonada, cega de amor, o senhor acha que o eleitor espera do senhor esse comportamento ou o comportamento de alguém que possa administrar e organizar, coordenar o governo?

O nervosismo faz o enunciatário até a alterar a ordem das datas quando tenta justificar sua forma de administração: “[...] crimes que começaram em 85, 80, 90 [...]” E novamente o enunciatário se esquivava de responder à pergunta para criticar o governo anterior ou utiliza o discurso para se promover, fazendo uso de adjetivos, como: “E a Polícia Federal tem trabalhado de forma excepcional.”, “O Ministério Público tem trabalhado com a maior invenção possível.” Nesta resposta o enunciatário já não usa a primeira pessoa do singular *eu*, mas seu discurso é marcado pelo pronome pessoal da primeira pessoa do plural *nós*, mostrando que a administração é compartilhada.

Neste momento ocorre uma interrupção do enunciador/jornalista que não consegue deter a ânsia do enunciatário e co-enunciador (E3) em querer continuar falando, se justificando, atitude que o comprometerá ainda mais.

“Porque nós não queremos esconder absolutamente nada”.

O enunciatário, ao utilizar a conjunção explicativa porque e também o pronome em primeira pessoa nós, trará um sentido ambíguo em relação ao dito

anteriormente. Pois, num momento alega o desconhecimento dos fatos e enobrece seu caráter quando fala que no seu governo se indicia, pune, etc., persuadindo o eleitor a acreditar que foi traído pelos companheiros e que mantém a ideologia que o levou até este posto. Num outro momento inclui os subordinados ao seu governo, ao dizer que: “[...] nós não escondemos absolutamente nada.” Esta frase possui expressiva carga semântica com a presença do advérbio absolutamente e do pronome indefinido nada. Se não se esconde nada, como se explicam as irregularidades apresentadas, que só vieram a público através do ex-deputado Roberto Jefferson de outro partido, como se vê a seguir?

Ao caso específico do mensalão, esse... esse escândalo de corrupção, na verdade, o governo não denunciou nada, a denúncia partiu lá, depois daquele escândalo dos correios e mais tarde com as revelações, as denúncias do ex-deputado Roberto Jefferson, mas a pergunta que eu queria fazer ao senhor diz respeito à traição. O senhor disse a todos os brasileiros, nesse caso que, foi traído, mas até hoje não disse quem foi que traiu o senhor, não deu o nome dos traidores. Num outro momento, por outro lado, o senhor manifestou solidariedade abertamente a ex-deputados petistas e a ex-ministros seus. Antes de se tornar presidente, a memória que o Brasil tem é... candidato, era de alguém que veemente cobrava punição para quem quer que aparecesse diante de uma câmera de televisão suspeito de alguma coisa, mesmo que as culpas não tivessem sido provadas ainda. O que fez o senhor mudar tanto de comportamento?

Numa tentativa de resposta, o enunciário e co-enunciador (E3) ao formular o enunciado chega a gaguejar e é interrompido pelo jornalista com uma interjeição de sentido irônico:

Lula: Primeiro... primeiro você deve tá falando de outra pessoa, eu nunca pedi para que ninguém fosse condenado antes de se provar sua culpa.

Interrupção de William Bonner: Ah não, não...

Ocorre aqui uma seqüência de enunciados de mesma formação discursiva, pois o enunciador, o jornalista William Bonner, questiona o enunciário e co-enunciador (E3) sobre os afastamentos de funcionários envolvidos nos escândalos de corrupção:

Lula: Até porque eu afastei todos, todos que estavam dentro do governo federal foram afastados, todos sem distinção. Todos funcionários públicos seja de primeiro ou segundo...

Nova interrupção do jornalista: O senhor afastou o ex-ministro da casa cível?

Lula: Foi afastado.

Nova interrupção: O senhor Wilson?

Lula: Foi afastado, eu afastei José Dirceu, afastei o Palocci, afastei outros funcionários que estavam envolvidos e vou continuar afastando. Agora quando se trata de punir... Punir significa você respeitar o estado de direito. Eu quero pra todo mundo o que eu quero pra mim, o direito de provar que eu sou inocente e o meu acusador provar que eu sou culpado. Um governo não acusa, um governo age. Um governo não sai para imprensa dizendo:

“Olha, tal pessoa cometeu um erro, não, o governo pune e afasta e abre sindicância.” E os órgãos do poder judiciário e da polícia federal é que vão investigar e isso é a única forma de nós continuarmos combatendo a corrupção e a malversação do patrimônio público deste país.

O enunciatário e co-enunciador (E3) aqui se desvela, mostrando o quanto foi interpelado pela ideologia dos anos de vida. Pois, este enunciador e co-enunciador (E3) foi preso por duas vezes quando articulava greves no grande ABC por melhores salários e condições de trabalho e também amargou, como todo o povo brasileiro, a experiência de ser governado por um regime de ditadura, que assolou o país. Por isso, seu apelo em vários momentos para se respeitar o estado de direito do cidadão, afim de que possa ser julgado com justiça. Isto relembra o período de exílio e as atrocidades que sofreram muitos cidadãos sem direito a defesa, os quais marcaram a história desse país.

Ainda seguindo o mesmo percurso gerativo da referida entrevista, e numa mesma formação discursiva a jornalista Fátima Bernardes, no papel de enunciador, lhe faz outra pergunta:

Antes de a gente mudar então de assunto... O seu amigo Paulo Okamoto disse que teria pago uma dívida do senhor de trinta mil reais, uma dívida que o senhor nem reconhece. Pelas suas declarações, entregues à justiça federal (engano da apresentadora) eleitoral, o senhor poderia até ter pago esta dívida. Por que o senhor então fez ele arcar com esse prejuízo?

Resposta do enunciatário:

Primeiro porque ele admite que cometeu um erro de não ter descontado na minha indenização quando eu me afastei do PT. Segundo eu não devo ao PT, portanto, eu não deveria pagar. O que eu disse é o seguinte: *“quer pagar? se paga, porque eu não vou pagar porque não devo ao PT.”*

Esta resposta parece ser a mais coerente do enunciatário até o presente momento. Porque se Okamoto admitiu o erro de não ter descontado da indenização do enunciatário e ele mesmo (Okamoto) alega o desconhecimento por parte de Lula da dívida, ele (Lula) agiu corretamente em não pagá-la.

No entanto, ao responder a próxima pergunta o enunciatário novamente entra em contradição em relação ao que sempre cobrou de outros governantes, a quebra de sigilo em caso de dúvida de supostos envolvidos em esquemas de corrupções.

Fátima Bernardes: Mas o fato dele e de aliados dele terem tentado tanto bloquear “àquela” de sigilo, não pode levar o eleitor a pensar que havia algo a esconder, presidente?

Lula: É um direito dele não querer quebrar o sigilo dele, é um direito de qualquer cidadão. Amanhã isso pode estar acontecendo com você, pode estar acontecendo comigo, pode estar acontecendo com o William e nós vamos utilizar todos os mecanismos que o direito nos dá para que nós possamos nos defender.

William Bonner: Ainda que fosse uma questão delicada que indiretamente envolvesse o nome do presidente?

Lula: Ainda que alguém pudesse imaginar que nesse país um presidente da república, sabe, se entendesse, que tivesse qualquer culpa, ficaria muito mais barato ter pago uns 29, 28, 27 mil reais. E eu continuo dizendo, quero aproveitar a tua pergunta para falar o seguinte, olha... *“Não devo, não tomei emprestado e por isso não paguei.”*

De fato, fica difícil distinguir quem é este sujeito que assume tanto papéis. Enquanto Líder Sindical e Presidente do Partido dos Trabalhadores assumia uma posição totalmente radical, considerada de extrema esquerda e bombardeava os adversários políticos com críticas, suspeitando até da “sombra” deles. Entretanto, quando se trata de amigos pessoais este sujeito assume outro papel, o de defensor dos direitos, fazendo uso de discursos pré-constituídos Citelli (2005). E numa

tentativa até de defesa, assume um terceiro papel, o de colocar-se no lugar do acusado para justificar seu pedido.

No próximo enunciado formulado pelo enunciador, jornalista William Bonner, volta o estado de tensão, pois ao parafrasear a fala do presidente quando este ainda era candidato, desfere um tom de ironia e aciona a memória discursiva do ouvinte:

Oh presidente, vamos falar um pouquinho de segurança pública. Antes do senhor assumir a presidência, quando candidato, o senhor repetia: *“O Brasil não produz cocaína. Para a gente combater o tráfico de cocaína, tráfico de armas tem que fechar as fronteiras, tem que reforçar a polícia federal, um trabalho da polícia federal nas fronteiras, nos postos, nos aeroportos do Brasil.”* Há quatro anos o senhor é o comandante maior da polícia federal brasileira, no entanto, o que se percebe hoje, é que o tráfico aterroriza ainda mais a população brasileira. Onde o senhor errou?

A interdiscursividade presente através da paráfrase questiona novamente a mudança de comportamento desse enunciatário e co-enunciador (E-3) em relação ao presente cargo que ocupa. Permitindo ao ouvinte mais atento, perceber que a ideologia motivadora deste sujeito oscila. Aquele sujeito crítico, envolvido em causas sociais, vivencia o outro lado da política, o do poder.

A resposta do candidato:

Bom, eu penso que nós precisamos, William, conversar esse assunto com a maior seriedade. Em 1º lugar o Brasil tem praticamente 17 milhões de quilômetros de fronteira, não é dezessete metros, são dezessete milhões. Sete mil setecentos e sessenta de costa marítima e quase nove milhões de fronteiras secas. Se você tivesse um exército de três milhões de soldados ou a polícia federal com quatro milhões, ainda assim, você não controlaria toda a nossa fronteira.

As respostas fornecidas até então pelo candidato levam-nos a crer que ele percebeu que na prática as coisas não funcionam tão simples quanto ele supunha. Na posição de adversário político de quem governava, era muito cômodo desfiar críticas e inflamar o povo contra quem estava no poder. No entanto, ao assumir a presidência seus discursos vão tomando outros rumos. Há, portanto, mudanças na formação discursiva deste sujeito, que está sendo afetado por outras ideologias.

Não consta das entrevistas, mas quem não se lembra das fortes críticas que o enunciatário e co-enunciador (E-3) fazia em relação ao pagamento da dívida externa ao FMI? No entanto, esta dívida que já vinha sendo negociada em governos anteriores pôde ser quitada no seu governo e o enunciatário utilizou este feito para promover-se perante a opinião pública.

O enunciatário diz que esse assunto, da segurança, deve ser tratado com a maior seriedade em detrimento aos outros. Os meios de comunicação, um pouco antes desta entrevista ocupavam parte das transmissões para divulgar os esquemas de corrupção denominados: do correio, do mensalão, tráfico de influências e etc. No entanto, mais uma vez o enunciatário apropria-se da pergunta para justificar-se e, conseqüentemente, fazer campanha política.

Para reforçar a argumentação desta dissertação em relação a práxis vivenciada pelo enunciatário e co-enunciador (E3), é preciso atentar-se para a próxima pergunta do enunciador:

“Mas o senhor como deputado parecia desenhar um quadro mais fácil?”

A resposta do enunciatário, como sempre, apresenta uma justificativa argumentada através da crítica aos governos anteriores:

Mas a polícia federal está desbaratando quadrilhas e prendendo quadrilhas vinculadas ao narcotráfico como jamais foi preso nesse país, como jamais foi preso nesse país. Quando terminar a entrevista eu vou entregar para você um relatório de um trabalho que a polícia federal fez...

Interrupção do jornalista... não...para você perceber o seguinte, que quando sai a notícia que a polícia desbaratou uma quadrilha, mas não diz desde quando funcionava esta quadrilha. Dá a impressão de que aconteceu ontem, não, acontecem há muito tempo e nós estamos não apenas investindo de forma excepcional na inteligência da polícia federal como tamos investindo em criar condições para que ela possa trabalhar.

Aqui, o enunciatário mostra compartilhar a gestão de dirigir o país, emprega o pronome na primeira pessoa do plural nós e não dispensa o uso de adjetivo “[...]”

forma excepcional” e expressão com tom de exagero “[...] e prendendo quadrilhas como jamais foi preso nesse país.” para promover-se.

Citelli (2005), ao discorrer sobre a especificidade do discurso político diz o seguinte: “O possível que se fez impossível. Ao discurso persuasivo caberá, então, encontrar os motivos para explicar por que o impossível superpôs-se ao possível (CITELLI, 2005, p. 89-90).

Isto significa que, em determinados momentos, o político deverá explicar a impossibilidade de cumprir o prometido, a fim de reformular os argumentos originais. Exatamente o que tenta fazer o enunciatário desta entrevista quando explicita a extensão territorial do país para justificar a impossibilidade de se controlar as fronteiras.

E, encerrando essa segunda entrevista, obteve-se uma resposta hilária do enunciatário, pois este comete um deslize, que alguns jornalistas atribuem ao chamado “ponto”, aparelho que permite a pessoa ouvir instruções através dos bastidores. Mas também não é algo que interessa neste momento, uma vez a entrevista ter se dado ao vivo e quem a ouve não terá isto como justificativa.

Fátima Bernardes: O senhor tem trinta segundos para encerrar. Se o senhor se reeleger o que o senhor considera que terá cumprido a sua meta se o senhor tiver feito?

Lula: Veja, eu pretendo continuar dando seqüência ao que estamos fazendo, que o Brasil viva o seu melhor momento econômico, o Brasil cresce em emprego, cresce a economia, cresce as exportações, a única coisa que cai é o salário, é a inflação e os juros que estão caindo, o resto, os trabalhadores tiveram aumento de salário, os aposentados tiveram aumento de salário. E o nosso tempo acabou...

O equívoco aqui se dá quando o enunciatário fala do crescimento econômico, aumento de empregos, das exportações e diz que a única coisa que cai é o salário. Mas a correção é imediata e nem os próprios enunciadores (E1 e E2)

percebem o deslize. E a antecipação do término da entrevista na fala do próprio candidato demonstra seu nervosismo e o alívio que sente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comentário do jornalista Arnaldo Jabor para a Rádio CBN de notícias, em 2006, faz referência à entrevista realizada pelo comentarista esportivo Milton Neves, da Rádio Jovem Pan, em 1993, a Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Partido dos Trabalhadores.

O efeito de polifonia é explícito nesse comentário. No dialogismo presente, vozes manifestam, trazendo três enunciadores: Arnaldo Jabor, Milton Neves e Lula. No entanto, Lula o entrevistado, também assume o papel de enunciatário, assim como os ouvintes das duas rádios. Por isso, ele é considerado enunciador e co-enunciador do discurso.

Utilizando-se do recurso de ironia para o título do comentário “As voltas que o mundo dá” o comentarista Arnaldo Jabor associa a formação discursiva do discurso atual à memória discursiva do ouvinte, provocando um novo efeito de sentido. Pois, as condições de produção da entrevista realizada por Milton Neves (1993) eram bem diferentes da atual. O enunciatário, Lula, assumia o cargo de Presidente do Partido dos Trabalhadores, a entrevista tinha um caráter informal, apesar da seriedade do assunto, o impeachment de Collor e, ser realizada por um jornalista esportivo, em um campo de futebol.

O contexto-histórico atual (2006) tem o mesmo enunciatário e co-enunciador, porém, ocupando o cargo mais alto do país, o de presidente da república, fazendo campanha para uma possível reeleição. Com o agravante de ter

envolvidos em esquemas de corrupção, ministros e aliados do governo do Partido dos Trabalhadores.

O jogo estabelecido no discurso do enunciatário/enunciador (Lula) na entrevista a Milton Neves com a presença implícita do *ethos x antiethos*, evidencia o seu bom caráter. E criticando a postura de Collor, que seria o *antiethos*, o uso desse recurso argumentativo, ainda que desconhecido do enunciador e co-enunciador, o ajudará a persuadir o eleitor para que o perceba nas próximas eleições. É o não-dito, mas subentendido.

Essa primeira entrevista apresenta um enunciador interpelado por uma ideologia que faz parte de sua experiência de vida, não teve a oportunidade de freqüentar instituições educacionais, devido sua baixa condição sócio-econômica. Portanto, sua fala é marcada por vocabulário simples, com erros gramaticais, faz uso de jargões e paráfrases, e não tem medo de falar sobre o que pensa e acredita, o que o aproxima da população de massa.

Os mecanismos que caracterizam a formação social do enunciador estão presentes em sua formação discursiva e determinam as posições políticas e ideológicas assumidas por ele. Assim, a imagem que esses enunciatários/eleitores têm desse sujeito, até aquele momento, é de homem honesto, que emergiu de classe social operária e luta pelas causas sociais. No entanto, admite-se que, para muitos, a classe considerada de elite o vê como um obstinado, revolucionário e limitado. Tal opinião deu-se em função de ouvir e ler noticiários e comentários na mídia sobre postura e discursos do presidente. Alguns jornalistas como Boris Casoy e Arnaldo Jabor, em suas críticas e ou comentários sobre discursos do presidente, tentam levar os ouvintes/telespectadores a perceberem as contradições e as intenções presentes nas falas deste.

Na segunda entrevista, veiculada pela Rede Globo de Televisão, em 2006, pelos jornalistas William Bonner e Fátima Bernardes, o processo discursivo é mais longo e mais tenso também. Os telespectadores podem interpretar os gestos, a expressão facial e o tom da voz que enuncia a presença de certo nervosismo, raiva ou ironia, também presente nas entrevistas radiofônicas.

O enunciatário/enunciador é o presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, que se pronunciará ao vivo para toda a população do país. Terá de responder a perguntas constrangedoras sobre seu caráter, mudança de comportamento e principalmente sobre sua atuação como governante do país. Tendo em vista os escândalos de esquema de corrupção envolvendo membros do governo como já dissemos. São essas as condições de produção que constituem este discurso.

Embora apresente marcas lingüísticas como da primeira entrevista, reconhecidas pelos enunciatários, a formação discursiva é outra. Pois, a formação ideológica deste novo sujeito, que detém o poder nas mãos, sofre oscilação. Nessa segunda entrevista o processo discursivo apresenta características de discurso autoritário. O enunciador (Lula), em várias respostas, utiliza o pronome pessoal na primeira pessoa eu, assumindo para si funções que deveriam ser delegadas, mas fica subentendido para o telespectador/enunciatário que quem manda, institui, escolhe, pune é ele, o presidente.

Com esta atitude esse enunciatário e co-enunciador visa persuadir os eleitores de sua inocência e desconhecimento das irregularidades cometidas em seu governo. Em outras enunciações utiliza o pronome na pessoa do plural nós com o objetivo de compartilhar responsabilidades, quando fala, por exemplo, em desbaratamento de quadrilha.

A formação discursiva é marcada por interdiscursos, possível de percebê-los se associados à memória discursiva. A primeira entrevista é interdiscurso e norteia muitas perguntas enunciadas pelos jornalistas nessa segunda. O enunciatário e co-enunciador (Lula) acusou o ex-presidente Collor de formação de quadrilha. No entanto, o procurador geral da república, ao oferecer denúncia para apuração dos envolvidos no esquema de corrupção, denomina-os da mesma forma.

O enunciatário/enunciador no ato de sua enunciação utiliza tom apelativo, com argumentos marcados por situações do cotidiano, para justificar suas ações, com a intenção de aproximar-se do enunciatário. Suas respostas às perguntas dos jornalistas sobre assuntos delicados como segurança, administração, conduta em relação aos envolvidos trazem um viés ideológico que levam o ouvinte a questionar se há coerência entre o que o enunciatário/enunciador diz e faz.

À luz da teoria do discurso de linha francesa, que não vê o sujeito como centro do discurso, mas entende que através dele, falam diferentes vozes sociais, tornando-o um sujeito afetado pela história e ideologia, conclui-se que:

- Houve mudança na formação discursiva da primeira para a segunda entrevista, influenciada pela condição social e política do enunciador e co-enunciador (Lula). Entretanto, as marcas lingüísticas com o uso de vocabulário simples, jargões, paráfrases, erros gramaticais nos atos de sua enunciação se mantêm.
- O processo de interlocução das entrevistas não é o mesmo. No rádio o que faz sentido é o conteúdo sonoro, enquanto que na televisão a expressão facial, gestos também podem falar pelo enunciador. O tom que se dá às perguntas e respostas, pode despertar diversos sentimentos no enunciatário/ouvinte/telespectador. E por tratar-se de entrevista o sujeito

entrevistado assume diversos papéis, de enunciatário/entrevistado ao interagir com o enunciador/entrevistador, de enunciador ao dirigir-se ao povo. Na primeira entrevista o enunciatário (Lula) assume os papéis de cidadão brasileiro e de Presidente do Partido dos Trabalhadores. Já na segunda entrevista assume um único papel o de presidente da república que se desdobra em outros, conforme a pergunta, tais como: cidadão solidário, líder, mártir e etc.

- Os pressupostos e subentendidos permeiam as duas entrevistas. Dois exemplos servirão para exemplificar o que estamos argumentando. O não-dito na primeira entrevista, mas implícito, pressupõe que o povo brasileiro escolherá melhor o candidato em quem votar, nas próximas eleições. Na segunda, fica subentendido que o presidente não tem competência para administrar o país, ao comparar o governo de um país a uma família que tem a incumbência de educar o filho.

Retomando os objetivos propostos: 1. apresentar as condições, identificando contexto-histórico, interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro, e do referente; 2. Mostrar como o sujeito do discurso, interpelado pela ideologia, faz uso de diferentes vozes para chamar a atenção do enunciatário, assumindo diversos papéis na produção discursiva; 3. analisar como ocorrem as formações discursivas e ideológicas na argumentação utilizada e os pressupostos e o subentendido, concluímos que as entrevistas, conforme são articuladas, produzem sentidos que podem macular ou destruir a imagem, tanto do enunciador/entrevistador quanto do enunciatário/entrevistado, tendo em vista que muitas delas são realizadas ao vivo, pelos meios de comunicação. Todo meio de

comunicação é marcado por uma ideologia e esta pode influenciar de forma positiva ou negativa o público.

Pôde-se, também, evidenciar as transformações que ocorreram nas formações discursivas em face da ideologia a que se sujeita o indivíduo, conforme a posição social que ele ocupa. Lula, na segunda entrevista já não mostra a mesma convicção que tinha em relação à punição para envolvidos em corrupção, quebra de sigilo e etc. Assume em ambas as entrevistas diversos papéis: cidadão indignado, líder sindical, candidato, companheiro solidário, presidente autoritário, mártir em relação aos traidores e, para cada papel desempenhado assume uma representação discursiva correspondente.

Em suma, essa análise permitiu-nos perceber as esquivações que há no processo discursivo do enunciatário/enunciador, Luiz Inácio Lula da Silva, na perspectiva dos jornalistas/enunciadores. Esses, por trabalharem com notícias, têm em mãos arquivos de fatos, que muitas vezes caem no esquecimento do povo. Porém, é importante salientar que tanto as notícias quanto as entrevistas devem prezar pela honestidade, e não se deixar levar pela busca desorientada de audiência através do sensacionalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGDIKIAN, Ben H. **O Monopólio da Mídia**. Trad. Maristela M. de Faria Ribeiro. São Paulo: Scritta, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. (introdução e tradução do russo por Paulo Bezerra). 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 9 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. P. Bezerra. Rio de Janeiro: Forence-Universitária, 1981 (título original: *Problémi poétiki Dostoiévskovo*).

BARROS, Diana Luz Pessoa de & FIORIN, José Luiz (Orgs.). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**: Em torno de Bakhtin. 2 ed. 1.reimpr. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.

BARTHES, Roland. L'ancienne rhétorique. **Communications**, 16, 1966, p.212.

BAUDRILLARD, Jean. **À sombra das maiorias silenciosas**: o fim do social e o surgimento das massas, São Paulo: Brasiliense, 1991.

BENNETT, Peter D. (org.). **Dictionary of Marketing Terms**. 2 ed. Chicago: American Marketing Association, 1995.

BOONE, Louis E. & KURTZ, David L. **Marketing Contemporâneo**. 8 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2 ed. rev. São Paulo: Editora da Unicamp, 2005.

_____. **Bakhtin: conceitos chave**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BRANDÃO, M.H.N. **Dialogismo e polifonia enunciativa**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP, 1988.

BRANDÃO, M.H.N. **Introdução à análise do discurso**. 2 ed. rev. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL. **Luis Inácio Lula da Silva** – Biografia. Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/download/pdf/Biografia%20do%20PR.pdf>>, Acesso em: 10 jun. 2007.

CADERNO DE FORMAÇÃO. **O PT faz história**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

CAIAFA, Janice. Mídia e poderes: algumas notas e breve esboço de estratégias. **Comunicação e Política – o enredo eleitoral**, Vol. 1, Rio de Janeiro: CIBELA, agosto-novembro/1994, pp. 73-88.

CALDAS, Waldenyr. Comunicação e a Indústria Cultural. **Comum & Artes**. São Paulo, 20 (30) p.31-39, jan.-abr/ 1997.

CARMAGNANI, Anna Maria Grammatico. **A argumentação e o discurso jornalístico**: a questão da heterogeneidade em jornais ingleses e brasileiros. Tese de doutorado. São Paulo: PUC-SP, 1996.

CHAIA, V. L. M.; CHAIA, M. (org). **Mídia e Política**. São Paulo: EDUC, 2000.

CHAUÍ, M. de Souza. **O Que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. 16 ed. 3ª impr. São Paulo: Editora Ática, 2005.

DIJK, Teun Adrianus van. **Cognição, discurso e interação**. Ingedore V. Koch (Org.). 2 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

DUGAICH, Cibele Mara. A significação do não-dito no discurso da mídia. In: **Anais de Seminários XXVII do GEL – Grupo de Estudos Lingüísticos**. São José do Rio Preto, 1998, pp. 435-440.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 2000.

FEIJÓ, Martin Cezar. **O que é herói**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1989.

_____. **Linguagem e Ideologia**. 5 ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

FOLHA on-line. **O reeleito**. São Paulo 09/11/2006. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>, Acesso em: 21 de abril de 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GOMES, Wilson. Propaganda, Ética e Democracia. In: MATOS, Heloisa (org.). **Mídia, Eleições e Democracia**. São Paulo: Página aberta, 1994, pp. 53 a 90.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2001.

LEVITT, Theodore. **A Imaginação de Marketing**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LINS, Daniel Soares. **Ayrton Senna – A imolação de um Deus vivo**. Fortaleza: Edição UFC. 1995.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 3 ed. São Paulo: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

MOREL, Mário. **Lula, o metalúrgico: anatomia de uma Liderança**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981.

MOURA, Paulo. **PT – Comunismo ou social-democracia?** Porto Alegre: Soles, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise De Discurso: Princípio & Procedimentos**. 6 ed. São Paulo: Pontes, 2005.

OSAKABE, H. **Argumentação e Discurso Político**. 1 ed. São Paulo: Kairós Livraria e Editora Ltda, 1979.

PACHECO, Cid. Marketing Eleitoral: a política apolítica. In: MATOS, Heloisa (org.) **Mídia Eleições e Democracia**, São Paulo: Página aberta, 1994, p.147-8.

PARANÁ, Denise. **Lula, o Filho do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni P. Orlandi. 3 ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

PRETI, Dino (Org.). **Oralidade em diferentes discursos**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

RANDAZZO, Sal. **A Criação de Mitos na Publicidade** – como os publicitários usam o poder do mito e do simbolismo para criar marcas de sucesso. Tradução Mário Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

RELATÓRIO FINAL DA CPMI DOS CORREIOS, 2006. Disponível em: <<http://www.cpmidoscorreios.org.br/relatorios>>. Acesso em: 9 jun. 2007.

PT, passado e presente. Produção de Luciana Rodrigues. Roteiro do Vídeo de formação. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação Política; Fundação Perseu Abramo, 2001.

ROBIN, Regine. **História e lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

RUBIM, Antonio A. C. Dos Poderes dos Media: comunicação, sociabilidade e política. **Brasil – Comunicação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 65-355.

_____. **Lula presidente**: televisão e política na campanha eleitoral. São Paulo: Hacker; São Leopoldo: Unisinos, 2003.

SILVA, José Nepomuceno da. **As alianças e coligações partidárias**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SODRÉ, Muniz. **A Máquina de Narciso**: televisão, indivíduo e poder no Brasil, 2. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no cotidiano**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

WIKIPÉDIA. **Conceito de Marketing**. Disponível em: <<http://www.wikipédia.com.br>>. Acesso em: 21 fev. 2007.